

Revista **Socialismo e Liberdade** n°25 | 2019

Freixo: o assassinato de Marielle é um crime contra a democracia

A entrega da base de Alcântara atenta contra a soberania nacional

Como vivem os aposentados da reforma da Previdência chilena

Centenas de milhares de pessoas protestam em todo o Brasil contra cortes na Educação, fim das aposentadorias e aprofundamento da crise. Governo tenta levar adiante projeto ultraliberal em meio a desgaste sem precedentes

**A verdade
RUA
e crua!**



Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: Luiz Arnaldo Dias Campos;
Membros efetivos: Carolina de Paula Peters,
Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson
Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda,
Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires
de Saboia; Membros suplentes do Conselho de
Curadores: Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno
de Souza Rocha e José Luis Oca.

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: Alexandre Varella; Membros
efetivos: Leandro Tavares Fontes Coutinho e
Miguel Tadeu Carvalho; Membros suplentes
do Conselho Fiscal: Luciana Gomes de Araújo,
Eliane da Silva.

Conselho Editorial
Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valério Arcary

Revista
Socialismo
e Liberdade

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luíza Coppeters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valério Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Máritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos
Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

| | |
|---|-----------|
| EDITORIAL _____ | 3 |
| Francisvaldo Mendes de Souza | |
| BOLSONARO, AS RUAS E O DESAFIO À LÓGICA _____ | 4 |
| Gilberto Maringoni | |
| A ESQUERDA DEVE INVESTIR NA CAMPANHA DO IMPEACHMENT? | |
| IMPEACHMENT: O POVO É QUEM MAIS ORDENA? _____ | 10 |
| Chico Alencar | |
| IMPEACHMENT, O DESCARTE DOS PEÕES? _____ | 12 |
| José Luís Fevereiro | |
| ENTREVISTA: MARCELO FREIXO _____ | 14 |
| Francisvaldo Mendes e Gilberto Maringoni | |
| MARIELLE, BOLSONARO E AS MILÍCIAS _____ | 22 |
| Cid Benjamin | |
| LULA LIVRE SERÁ CONQUISTADO NAS RUAS _____ | 26 |
| Valério Arcary | |
| A BASE DE ALCÂNTARA E A SOBERANIA NACIONAL _____ | 30 |
| Flávio Rocha de Oliveira, Bruno Venâncio A. Costa, Gabriel Santos Carneiro, João Victor Dalla Pola, Lucas Macchia de Oliveira, Pedro Versolato e Tarcízio Rodrigo de Santana Melo | |
| AMAZÔNIA, DESMATAMENTO E DESNACIONALIZAÇÃO _____ | 34 |
| Marinor Brito, André Marinho e Sandra Helena Ribeiro Cruz | |
| EDUCAÇÃO: UM BARCO SEM RUMO OU MOINHOS DE VENTO COMO PRIORIDADE _____ | 39 |
| Luiz Araújo | |
| DOIS BARBUDOS E UM VELHO TARADO _____ | 42 |
| Fernando Cássio | |
| O PROGRAMA ECONÔMICO DE BOLSONARO E GUEDES É UM GRANDE SALTO PARA A RECESSÃO _____ | 46 |
| Pedro Paulo Zahluth Bastos | |
| O DESASTRE PREVIDENCIÁRIO CHILENO _____ | 52 |
| Victor Farinelli | |
| CRISE E DISPUTAS NA ARGENTINA PERENE _____ | 56 |
| Gonzalo Berrón | |
| TENHO QUE FAZER O DOBRO PARA SER RECONHECIDA PELA METADE _____ | 61 |
| Manuela Trindade Oiticica | |

CAPA: FOTO MÍDIA NINJA



E D I T O R I A L

A revista Socialismo e Liberdade, nº 25, destaca as grandes mobilizações que ocorreram no último período em defesa da Educação e contra a reforma da Previdência, com ruas cheias, pessoas reivindicando direitos, educação, avanço democrático e com muita energia e garra. Uma grande demonstração de que somos sujeitos de nossas vidas e que é possível superar as condições de tentativa de retrocesso nos dias atuais. Impulsionar as mobilizações é, portanto, o desafio que apoiamos e abraçamos, com a convicção que é uma contribuição significativa na defesa da democracia rumo à radicalização.

O que apresentamos nesta edição são insumos para pensar e agir com condições necessárias para superar esse período difícil e repleto de desafios a todas as pessoas. O governo atual amplia as limitações, aposta na individualização, apresenta saídas que interessam aos grandes banqueiros e investidores. Nós apostamos em organização e temos convicção de que ações coletivas para ampliar as mobilizações são as bases para superar o momento pelo qual vivemos.

Assim, apresentamos contribuições para agir coletivamente, para atuarmos na economia e nas condições de vida superando as desigualdades brutais que existem em nossa sociedade. Já demonstramos que retomar as mobilizações é possível e estaremos unificados e apostando no crescimento organizativo. Não aceitaremos o comportamento machista, autoritário e preconceituoso contra nossas companheiras, a exemplo do que ocorre com a deputada Renata Souza-RJ, que tem sofrido ataques brutais. Enfrentaremos e superaremos todas as ameaças e ações contra a liberdade e seguiremos assertivos a favor da vida com dignidade para todas e todos.

O governo federal vem se mostrando um desastre. Não apresenta qualquer perspectiva frente ao que marcou as próprias promessas de campanha. Longe de quaisquer aspectos de crescimento econômico, está piorando

a vida das pessoas, principalmente das que mais precisam, as que mais sofrem o peso da exploração. O que se vive é um Estado de instabilidade, crise, desacertos e um rumo preocupante, que acabará por afogar o país em problemas cada vez maiores.

Devemos superar essa ordem de caos que, se mantiver o caminho atual, afundará cada vez mais o Brasil. Somos convictos que a radicalização democrática, com maior participação popular e envolvimento da sociedade em todos os aspectos, ampliando e melhorando as condições de trabalho e de direitos pode melhorar a vida de todas e todos, sendo esse o caminho necessário para o momento. E essa superação do caminho em curso virá com o crescimento e fortalecimento das mobilizações e não da expectativa falsa e vã da melhoria deste (des) governo.

Dessa forma, ampliar as mobilizações, contribuir para fortalecer a organização popular, fazer valer a educação de qualidade e investir em formação são as apostas para superar este retrocesso que estamos vivenciando. E será assim que avançaremos, pois, nenhum governo entreguista, covarde, submisso e medíocre, que aposta no medo ou na individualização das pessoas, sairá vencedor nesse processo.

Portanto, não temos dúvidas que apresentamos nesta edição da revista, insumos para ampliar a organização dos setores populares, contribuir para o avanço democrático e fortalecer as mobilizações. Somos convictos que com organização, mobilização, formação e informação de qualidade construiremos uma vida melhor, junto às pessoas e fortalecendo a nação. Assim, seguirá sendo o nosso compromisso e investimento políticos.

Boa leitura!

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco



MÍDIA NINA

Bolsonaro, as ruas e o desafio à lógica

Governo de milicianos subverte parâmetros tradicionais de luta política e confunde oposição. Mesmo comandando um projeto neoliberal avassalador, o núcleo do poder tenta se mostrar como oposição ao “sistema”, atacando supostos privilégios e desmontando partes do Estado. O início de grandes mobilizações populares pode alterar esse quadro

Gilberto Maringoni

No início de maio, Jair Bolsonaro editou decreto flexibilizando o porte de armas, incluindo fuzis, pela população. Governadores de estados e companhias aéreas estrangeiras se levantaram em uníssono contra a medida. Nos dias seguintes, a medida foi qualificada como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Diante da reação, o chefe do Executivo não se apertou: “Se é inconstitucional, tem que deixar de existir”.

O presidente fala como se não fossem ele e o gabinete presidencial os responsáveis pela iniciativa e como se antes da cerimônia

de edição – que contou com representantes da bancada da bala fazendo a infantil imitação de armas com as mãos – a área jurídica do governo não tivesse sido consultada.

Esse é um exemplo entre tantos da aparente falta de lógica nas ações governamentais. O governo vai e volta em suas ações e nada acontece. Na Educação, o responsável pela área promete cortar verbas de quem estiver promovendo “balbúrdia”; os filhos do capitão usam e reusam a administração como se estivessem num *play ground* particular; e o ministro-chefe do Itamaraty, volta e meia, agride históricos aliados comerciais do país. Em dados momentos, o grande inimigo do governo Bolsonaro pa-

rece ser o próprio governo Bolsonaro.

O PRIMADO DA FALTA DE LÓGICA

A gestão eleita em 2018, a começar pelo próprio presidente da República, tem desafiado a lógica dos que tentam compreendê-la com a métrica tradicional da disputa política. O capitão ataca aliados, agride órgãos oficiais pelo Twitter e incentiva a intriga ampla e irrestrita, mentindo sempre que necessário. Não busca consensos ou formação de maiorias estáveis para governar, mas sempre o atrito e a agressão rasteira.

Não se trata de um mero governo burguês que exerce a dominação de classe

com os instrumentos próprios da institucionalidade liberal. Tampouco temos aqui a nova versão de um governo militar.

Por vezes, a disputa entre facções no aparato governamental se sobrepõe ao enfrentamento que desnorteados partidos e grupos de oposição buscam fazer. A equipe ministerial não apenas é composta por tipos bizarros, como aparenta não ter unidade entre si. No conjunto, o poder Executivo abre tantas frentes de batalha com a sociedade ou com interesses localizados, que se torna difícil estabelecer uma escala de prioridades no combate. Também é difícil dizer se há método nesse caos.

Estamos diante de uma administração paradoxal. Ao mesmo tempo em que aplica a ferro e fogo um projeto ultraliberal, sem nenhuma concessão social, os sinais que emite para a sociedade são contraditórios.

SISTEMA E ANTISSISTEMA

Trata-se de um novo comportamento da extrema direita. Ela se coloca como “oposição ao sistema” para reforçar as piores tendências desse mesmo sistema. Aos olhos do eleitorado, Bolsonaro age como se fosse governo e oposição a um só tempo. Em carta de apoiador, divulgada nas redes sociais do presidente em 17 de maio, está escrito:

“Bastaram cinco meses de um governo atípico, ‘sem jeito’ com o Congresso e de comunicação amadora para nos mostrar que o Brasil nunca foi, e talvez nunca será, governado de acordo com o interesse dos eleitores. Sejam eles de esquerda ou de direita. (...) O Brasil é governado exclusivamente para atender aos interesses de corporações com acesso privilegiado ao orçamento público”.

Parecem linhas traçadas por algum crítico feroz da administração. Mas não. Essa aparente deslocalização do presidente no espectro político faz com que os ataques à Educação, aos órgãos de fiscalização ambiental, aos serviços de saúde entre tantos outros aparentem vir de fora do governo, o que lhe dá legitimidade entre vários setores da população.

Face uma forte crise de representação e de um desencanto com a atividade política como forma de resolver problemas imediatos, chegou ao poder de Estado uma coalizão composta por uma coletânea de tipos aparentemente fora da curva, como se diz nas ruas. Vários estudiosos, à falta

A gestão eleita em 2018, a começar pelo próprio presidente da República, tem desafiado a lógica dos que tentam compreendê-la com a métrica tradicional da disputa política. O capitão ataca aliados, agride órgãos oficiais pelo Twitter e incentiva a intriga ampla e irrestrita, mentindo sempre que necessário. Não busca consensos ou formação de maiorias estáveis para governar, mas sempre o atrito e a agressão rasteira

de denominação melhor, têm classificado – erroneamente – Bolsonaro e líderes autoritários num grande balaio ao qual dão o nome de “populistas”. Mais correto é analisá-los como produto do lumpesinato de diversas classes sociais, que se tornou depositário momentâneo da confiança do grande capital¹.

Bolsonaro não comete estelionato eleitoral e cumpre o que prometeu em campanha: acabar com “ideologia de gênero”, com “doutrinação” de professores (responsáveis pelo baixo nível da educação pública), liberar o porte de armas, desencadear uma luta sem trégua à esquerda, bloquear reforma agrária e demarcações de terras indígenas, tomar distância da “ditadura da Venezuela” e deixar o mercado comandar a vida pública.

Tais iniciativas isoladamente não compõem um programa de governo, mas se constituem em apelos de uma extrema direita selvagem. Na campanha, o ex-capitão não apresentou plano algum. É certo que aplica um programa afinado com o capital financeiro, que embute concentração de renda, privatizações a granel, enxugamento da ação social do Estado, redução de direitos, contração da demanda e desemprego alto como forma de facilitar a desorganização do mundo do trabalho. Amalgamando tudo, há um vago apelo a um nacionalismo instrumental.

ANTIPOLÍTICA E DESENCANTO

Bolsonaro não inova ao se colocar como porta-voz de um difuso sentimento antipolítico, que se expandiu fortemente após o desastre do governo Dilma e quando ficou claro o esgotamento do pacto social selado pela Constituição de 1988.

A marca maior desse esgotamento se deu logo após a quarta vitória eleitoral do PT, em 2014. Ao fazer um giro radical no que fora prometido na campanha – desenvolvimento, emprego e renda – e ao adotar abruptamente o programa da alta finança, a então presidenta rompeu um acordo não escrito com uma base social que o PT construiu com muita dificuldade ao longo de mais de três décadas.

O desencanto desse eleitorado com um

¹ Sobre o lumpesinato que compõe o governo Bolsonaro, ver “O lumpesinato no poder”, artigo de Artur Araújo e meu, publicado no Le Monde Diplomatique, em maio de 2019 (<https://diplomatique.org.br/o-lumpesinato-no-poder/>)

tarifaço-surpresa e com o aumento vertiginoso do desemprego, em 2015, levou à quebra de um acordo governantes-governados estabelecido nas urnas. A perda de confiança no voto popular – no bojo de descontentamentos crescentes com promessas não realizadas - representa o momento de ruptura do pacto de 1988. O chamado estelionato eleitoral fez erodir a sustentação social do governo e abriu espaço para o avanço da direita, para o golpe e para a aventura bolsonarista. Escancarou-se uma crise de representação. Na esteira, criou-se a sensação de desgoverno e de ilegitimidade e sedimentou-se o terreno para o surgimento do líder providencial, do homem simples e direto que entende nossas dores. Em síntese, do salvador da Pátria.

Mais do que programa ou projeto, o que leva Bolsonaro ao governo é a negação a tudo que remotamente remeta à “política”. Esta, para um eleitorado sem esperanças, passa a ser a matriz de todos os males do mundo, como a corrupção, a queda da qualidade de vida, a mentira, a pouca vergonha e por aí vai.

Assim, a não participação de Bolsonaro em debates com os oponentes – desafiando a lógica clássica de campanhas – passa a ser central no caminho ao Planalto. Bolsonaro repele “a política” e por isso deve ser bom. A própria alcunha de “mito” reforça essas características. Mitos não demandam justificativas ou explicações; mitos bastam a si mesmos e resolvem “tudo isso aí” com soluções quase mágicas.

“FAZER O QUE TEM DE SER FEITO”

Esse comportamento não é invenção do presidente brasileiro. Viktor Orbán valeu-se de tática semelhante. É o que relata Jan-Werner Müller, professor de Ciência Política da Universidade de Princeton, no *What is populism?* (Penguin Books, 2016, pág. 26):

“O líder populista de direita húngaro Viktor Orbán [que Bolsonaro já classificou como ‘parceiro’] decidiu não participar de debates prévios às eleições de 2010 e 2014 (por ele vencidas). Orbán explicou a recusa da seguinte forma:

Não são necessários debates sobre políticas específicas para os problemas atuais. As alternativas são óbvias (...). Tenho certeza que você sabe o que acontece quando uma árvore cai numa estrada e uma porção de gente fica em volta dela. Há sempre

Ao fazer um giro radical no que fora prometido na campanha – desenvolvimento, emprego e renda – e ao adotar abruptamente o programa da alta finança, Dilma rompeu um acordo não escrito com uma base social que o PT construiu com muita dificuldade ao longo de mais de três décadas. O chamado estelionato eleitoral fez erodir a sustentação social do governo e abriu espaço para o avanço da direita, para o golpe e para a aventura bolsonarista

dois tipos de pessoas. As que têm grandes ideias sobre como remover a árvore, passam a debater maravilhosas teorias e distribuem conselhos. Outras, simplesmente percebem que o melhor é começar a tirar a árvore da estrada... Precisamos entender que para reconstruir a economia não são necessárias teorias, mas uns trinta rapazes robustos que comecem a fazer o que precisa ser feito”.

Orbán é direto e concreto no apelo ao senso comum. O que precisa ser feito é óbvio: melhorar a vida das pessoas. Não é preciso debate sobre valores ou projetos incompreensíveis para a maioria. O caminho para se fazer isso – em situação de crise aguda – envolve até a aceitação da perda de direitos anteriormente intocáveis.

Outro exemplo vem da Ucrânia, nas eleições de abril de 2019. O ator e humorista Volodymyr Zelensky, totalmente inexperiente, venceu a disputa com 73% dos votos, num país fragmentado e em guerra civil. A primeira decisão oficial – anunciada no discurso de posse - foi dissolver o Parlamento. O partido, criado um ano antes, não tem representação legislativa.

Zelensky tampouco apresentou programa de governo e nenhuma declaração pública foi feita entre o dia das eleições, 21 de abril, e a posse, um mês depois. A campanha foi dominada por denúncias de corrupção, pela desilusão pública com o *establishment* político e por promessas - tão vagas quanto enfáticas - de rompimento com “o sistema”.

Em sua conta no Twitter, antes do pleito, Zelensky chegou a dizer: “Nós não dividimos as pessoas à esquerda e à direita. Não dividimos as pessoas em ucraniano ou russo, em um ou outro. Estamos todos juntos: todos pensamos em um idioma - a linguagem da igualdade”.

Assim como Bolsonaro, ele também investe fortemente contra o mundo político, a quem chama de covil de ladrões.

A IDEIA TOTALIZANTE

Sem explicitar programas e repelindo fortemente “a política”, lideranças desse tipo apresentam, contudo, uma ideia totalizante e unidimensional do que pretendem, para além de temas concretos como “fora imigrantes”, “armas para todos” ou “cadeia para os corruptos”.

Trata-se da ideia de Nação como um conjunto inclusivo, acima das diferenças



de classe, de etnia, de religião etc. Um conceito aparentemente total, indiscutível e – colocado dessa forma – também despolitizado. Ela nada teria a ver com interesses e concepções particulares. A Nação seria a grande mãe a acolher todos os filhos, à exceção dos que lhe renegam. Daí o brado patrioteiro-religioso dos partidários da coalizão que chega ao Planalto: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

No discurso de posse, no púlpito do Palácio do Planalto, em 1º de janeiro, o eleito agregou uma terceira entidade: “Quando os inimigos da pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida [no atentado sofrido durante a campanha], milhões de brasileiros foram às ruas”.

Ao unir Nação e Deus à sua pessoa – personagem da política concreta – uma mudança acontece: os conceitos inclusivos tornam-se imediatamente excludentes. Quem ataca Bolsonaro é inimigo “da Pátria”, logo de Deus.

O nacionalismo de Bolsonaro e dos congêneres ao redor do mundo é superficial

e instrumental, mas tem grande apelo popular. Ao cultuar uma Nação acima de tudo e de todos, esta deixa de ser espaço de disputa pública e ente soberano, e passa a ser objeto de veneração passiva, quase religiosa.

A agenda econômico-financeira do governo é fortemente liberal, subordinada ao imperialismo e oposta a qualquer defesa real de soberania. As linhas de força envolvem a entrega do pré-sal, a venda da Embraer, privatizações a granel e uma diplomacia alinhada ao Departamento de Estado.

O amálgama fundamental entre o nacionalismo instrumental, a guerra dos costumes e o projeto neoliberal de Bolsonaro é o aumento desmedido das tensões e chantagens contra a sociedade. Se o fim das aposentadorias, dos Mais Médicos e a probabilidade de um novo mergulho recessivo com consequências sociais dramáticas representam iniciativas impopulares, elas têm de gerar a contraface. Não serão soluções, mas válvulas de escape para uma população descrente e desesperada.

TENSÃO COMO MÉTODO

Para tornar palatável o receituário, Bolsonaro tem necessidade premente de criar “um grande mal” a todo instante, fazendo do tensionamento entre grupos sociais um método de governo. Os estudantes que protestam, os trabalhadores em greve e a população insatisfeita não estariam pensando no bem da Nação. São privilegiados e querem a mamata.

Não devem ser convencidos, mas “removidos”, como prega um dos mais próximos aliados de Jair Bolsonaro, o bispo Edir Macedo. Em culto ministrado no Rio de Janeiro, em 19 de maio, o empresário de almas apelou para que Deus “remova aqueles que querem impedir o presidente de fazer um excelente governo”. Entramos no terreno do tudo ou nada, da ordem ou do caos, da “Previdência ou morte”, como propaga o empresário fascista da Havan. É assim que, intuitivamente, Bolsonaro resolve uma contradição sem saída entre Nação e desmonte.

Nesse cenário de alta octanagem oficial,

tudo indica que a máquina pública - o Estado brasileiro - caminha célere para um apagão administrativo.

Os cortes de verbas lineares nas Universidades e outras unidades de ensino federal, o desmonte do SUS, a várzea em que se transformou a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o bate-cabeças entre quase duas centenas de oficiais militares acostumados a mandar e olavistas alucinados, o vandalismo que acomete o BNDES, o anunciado fim do Minha Casa Minha Vida, a extinção dos financiamentos para agricultura familiar etc. etc. expressam um misto de incompetência com um bem definido projeto estratégico.

Sim. Bolsonaro tem projeto claro, limpo e cristalino. O que ele não tem é política, daí a sensação de falta de lógica comentada no início deste texto. Sem política, as disputas na sociedade devem ser resolvidas pela força e pela violência.

O extremismo inaugura nova fase para a direita brasileira. Em quase toda a República, as classes dominantes deram vazão sem freios à sua brutalidade contra as classes populares. Apesar - ou por causa - disso, há algo que tais setores fizeram muito bem ao longo do último século e meio: a gestão do Estado.

O que moveu distintas frações burguesas nessa senda foi o fato de esse Estado ser ferramenta essencial para a manutenção de dominação de classe. As engrenagens tinham de funcionar para possibilitar a reprodução ininterrupta de capital. Não poderia haver apagão. Gerir o Estado significa gerir o capitalismo.

O topo da pirâmide social sempre conduziu o Estado de forma competente, ao montar uma burocracia profissional - vide Vargas 1930-45 -, com competentes políticas para tocar o projeto nacional. Política e gestão de Estado são inseparáveis. Não existe gestão pública neutra.

INSERÇÃO SUBORDINADA

O projeto de Bolsonaro se materializa na inserção ainda mais subordinada do Brasil à nova divisão internacional do trabalho, surgida pós-anos 1970-80. Essa configuração tem como métrica o dólar flexível - sem lastro -, a financeirização econômica e a globalização capitalista lastreada inicialmente na unipolaridade imperialista dos EUA.

A ação mais clara para essa nova inserção

O nacionalismo de Bolsonaro e de líderes semelhantes ao redor do mundo é superficial e instrumental, mas tem grande apelo popular. Ao cultuar uma Nação acima de tudo e de todos, esta deixa de ser espaço de disputa pública e ente soberano e passa a ser objeto de veneração passiva, quase religiosa

é a redução brutal do preço da força de trabalho, o desmonte de qualquer sombra de soberania industrial e a repressão interna.

Vamos repetir: há um projeto sem política, há uma Nação sem soberania e há direitos denunciados como mamatas. A demonização da atividade política, impulsionada por Bolsonaro e pela Lava Jato ba-

tem de frente com o que existe de público e participativo no Estado.

O desmonte só é possível por conta das profundas mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira nas últimas décadas. A diretriz macroeconômica que tem a mola mestra na sobrevalorização cambial e em juros estratosféricos só pode resultar em desindustrialização, desemprego e no descarte do ensino e da pesquisa.

Num quadro desses, qual passa a ser o papel do Estado? Que atividades deverá regular? Para que servirá?

Servirá para garantir a rentabilidade do capital especulativo - em cujo altar devem ser queimados direitos, conhecimentos e ativos públicos.

A política, a democracia e a participação de quem quer que seja atrapalham. Também não serão necessários serviços eficientes ou políticas sociais. São gastos inúteis nesse maravilhoso mundo novo. Haverá um país "sobrando" à margem dos negócios. E daí? Daí dane-se. O führer carioca Wilson Witzel e seus helicópteros de caça estão no ar para botar ordem na casa.

Qual a esperança? Embora o projeto do grande capital seja consenso entre os de cima, a execução no mundo real - o da política - secciona até mesmo as falanges que o aplicam. A base de apoio de Bolsonaro não é uniforme. As inúmeras frações empresariais e populares que o sustentam não estarão nem de longe contempladas se o plano for executado a ferro e fogo. A partir de um indeterminado ponto, o colapso de gestão tenderá a ser disfuncional para o capital, quebrando as próprias garantias de reprodução.

A emergência da rua, a partir do mês de maio, introduz um tensionamento de outra ordem na conjuntura. São fagulhas capazes de impor lógica cartesiana - ou seja, racionalidade política - à disputa de rumos e se sobrepor aos caos destrutivo da coalizão capital-fascista. São capazes de recolocar as forças populares na ofensiva do combate.



Gilberto Maringoni
é professor
de Relações
Internacionais
na Universidade
Federal do ABC.

A esquerda deve investir na campanha do **IMPEACHMENT?**

Com a agudização da crise econômica e institucional, a grande imprensa e setores do mundo político começam a ventilar abertamente a possibilidade de impeachment do Presidente da República.

O impeachment – ou impedimento – entrou na cena pública brasileira pela primeira vez na Constituição de 1946, no Capítulo III, artigo 79. A lei complementar que concretiza a norma constitucional é a de número 1.079, sancionada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 10 de abril de 1950. Segue em vigor.

Trata-se de uma transposição do voto de desconfiança dado a um primeiro-ministro, num regime parla-

mentarista, para um chefe do Executivo, no regime presidencialista. Assim, o processo de impedimento sempre se situa na fronteira entre medida legal e iniciativa política. A perda de maioria congressual qualificada – no caso brasileiro – sempre coloca o mandatário dos três níveis de governo sob o risco de impedimento.

Diante da tensa conjuntura que o país enfrenta, o Partido Socialismo e Liberdade convidou o ex-deputado federal e professor de História, Chico Alencar, e o economista e membro do Diretório Nacional do PSOL, José Luiz Fervereiro, para comentarem acerca do polêmico tema.



Impeachment: o povo é quem mais ordena?

AFIUN NUNTA

Mais do que debater o impedimento como instrumento da soberania popular ou do controle oligárquico, o desafio urgente é popularizar o debate sobre uma mudança radical do nosso sistema político. Quem sabe a desilusão, já em curso, com o “voto de protesto” que levou ao poder a extrema direita, acelere essa questão

Chico Alencar

Quantas vezes você já sonhou com o *impeachment* de Bolsonaro, mesmo estando ele no primeiro semestre do mandato presidencial? Desde o afastamento de Fernando Collor, em 1992, esse tipo de procedimento institucional entrou em nosso campo de cogitações. A palavrinha de difícil escrita e pronúncia ficou popularizada a ponto de se inventar até o verbo “impichar”.

A expressão *impeachment* não existe na nossa Constituição. Mas “impedimento” tem, na Carta Magna, nas Constituições estaduais e nas Leis Orgânicas municipais: mediante acusação e processo, os governantes – presidentes, governadores e prefeitos – podem ser afastados de seus cargos, perdendo os mandatos.

O artigo 51 da Constituição, no seu inciso I, diz que compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da Repú-

“Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um de seu bem particular”

Frei Vicente do Salvador, ‘História do Brasil’, 1630

blica, o Vice e os Ministros de Estado. Cabe ao Senado processar e julgar, nos crimes de responsabilidade.

E assim já foi feito, concluída a transição (tutelada pelo alto) da ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964 para a Nova República. Os presidentes eleitos Fernando Collor e Dilma Rousseff foram destituídos dos cargos. As circunstâncias e forças políticas que viabilizaram as derrubadas foram bem distintas. Pode-se dizer, grosso modo, que uma cassação teve viés progressista, a de Collor. Outra, conservador e direitista – a de Dilma, em 2016.

Portanto, o instituto do *impeachment* não é necessariamente negativo ou positivo, embora sempre de caráter eminentemente político. *Impeachment* acontece dentro das circunstâncias históricas e da correlação de forças. Abre espaço de disputa aguda, em processo de meses – diferentemente de um golpe de estado, *manu militare*.

MAIORIA RARA

É fato que raramente se tem, nos parlamentos do Brasil, uma maioria sólida, que garanta as políticas de governo. É verdade que os conservadores, os neoliberais, têm mais facilidade (por terem menos escrúpulos) para montar a base de sustentação no toma lá dá cá, nos acordos fisiológicos em torno de cargos e liberação de emendas. É incontestável que as maiorias sociais estão sub-representadas nos legislativos, e não formam maiorias políticas. No Congresso Nacional, as bancadas predominantes são as da bala, dos bancos, da bíblia fundamentalista, do agronegócio,

das empreiteiras, da mídia grande e das mineradoras. Do poder econômico monopolista, em síntese.

Mas governar com um programa democrático-popular que mereceu o voto da população, sem fazer concessões rebaixadas, que firmam princípios, não é impossível, não dá obrigatoriamente em *impeachment*. Luiza Erundina, na prefeitura de São Paulo (1989-1992), Olívio Dutra (1999-2002) e Tarso Genro (2011-2014), no governo do Rio Grande do Sul, não tinham maioria nas respectivas Casas Legislativas e cumpriram os mandatos até o fim. Sim, sofreram tentativas de destituição, mas a mobilização popular foi decisiva para a continuidade de seus governos.

CERCO POPULAR

Recordo das articulações da bancada malufista para asfixiar e derrubar Erundina. O cerco popular à Câmara de Vereadores da maior cidade do país, com 15 mil manifestantes em apoio ao seu governo, quebrou o que era dado como certo.

“Governabilidade” não pode ser sinônimo de concessão que descaracteriza o projeto de esquerda progressista. Já se disse que quando se alia com a direita e o fisiologismo estes é que acabam governando.

Sem dúvida, o melhor método para avaliar um governante eleito é o *recall*, o referendo revogatório, pelo qual a população como um todo é chamada a deliberar sobre a continuidade ou não de um determinado mandatário. Essa proposta, que existe como lei em alguns países, já foi apresentada no Congresso Nacional, mas nunca prosperou. Isso revela as limitações do nosso sistema jurídico-político, controlado pelas elites que não aceitam o empoderamento popular.

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela é uma das que abriga essa possibilidade. Ela foi praticada lá em 2004, pela revogação do mandato do então presidente Hugo Chávez. Este venceu o pleito, permanecendo no governo, com mais de 58% dos votos (que, aliás, lá são voluntários).

A melhor forma para fazer uma mudança substantiva no nosso sistema político, a fim de torná-lo mais democrático, transparente e representativo, seria por meio de uma Assembleia Constituinte exclusiva e especificamente convocada para esse fim.

Mais do que debater *impeachment* como

**“Governabilidade”
não pode ser
sinônimo de
concessão que
descaracteriza
o projeto de
esquerda
progressista.
Sem dúvida, o
melhor método
para avaliar
um governante
eleito é o recall,
o referendo
revogatório, pelo
qual a população
como um todo
é chamada a
deliberar sobre a
continuidade ou
não de um
determinado
mandatário**

instrumento da soberania popular ou do controle oligárquico, o urgente desafio é popularizar o debate sobre uma mudança radical do nosso sistema político. Quem sabe a desilusão, já em curso, com o “voto de protesto” que levou ao poder a extrema direita, acelere essa questão?

ESPÍRITO DE SUBMISSÃO

Nossa tradição cultural e política não ajuda, como lembra o jurista Fábio Konder Comparato em artigo intitulado ‘Sobre a mudança do regime político no Brasil’ (no livro *A OAB e a Reforma Política Democrática*, Brasília, 2014): “A estrutura de poder, própria do capitalismo escravista aqui instalado durante quase quatro séculos, marcou fundamentalmente nossa mentalidade e nossos costumes políticos. Ela forjou, sobretudo no seio da multidão dos pobres de todo gênero – os nascidos ‘para mandados e não para mandar’, conforme a saborosa expressão camoniana – um espírito de submissão incompatível com a vivência democrática”.

No bojo dos processos de *impeachment* e dos chamados “crimes de responsabilidade”, que fustigam prefeitos, governadores e presidentes, está sempre presente esse ‘pão dormido’ da política nacional, a corrupção. Ela é sistêmica, larvar e mais que dos governos ou mal chamados ‘políticos’: é visceral do Estado brasileiro, enraizada em nossa cultura. Denunciá-la e combatê-la, nessa perspectiva, tem a ver com a premente ética da política, mais do que a propalada ética na política. É a ética da política que garante a qualidade das instituições republicanas na possibilidade dos interesses das maiorias, com transparência e sob controle popular. É ela, massificada como valor, que barrará tentativas manipuladas de “golpes parlamentares”, via *impeachments*.

Em meio a tantas sombras, nota-se um crescimento da consciência política e um reavivamento da organização e lutas populares. Isso pode nos garantir algumas vitórias, ao menos barrando retrocessos. Há braços



Chico Alencar
é professor de
História (UFRJ),
escritor e ex-
deputado federal
(PSOL/RJ)

Impeachment, o descarte dos peões?

A vulgarização do impeachment e sua naturalização como método de apertar governos eleitos serão sempre usadas impiedosamente contra administrações de esquerda quando as condições lhes permitirem e contra governos da direita quando estes se tornarem disfuncionais. É de luta de classes que se trata

José Luís Fevereiro

A figura do *impeachment*, tal como inscrito na legislação brasileira, por crime de responsabilidade, submetido à interpretação política de uma maioria parlamentar qualificada, não é um mecanismo de aprimoramento democrático. Desde o *impeachment* de Collor, passando pelo de Dilma e agora no Rio de Janeiro o processo aberto de impedimento do prefeito Marcelo Crivella demonstram que esse mecanismo tem servido à burguesia para que esta se livre de governos que se tornaram disfuncionais aos seus interesses.

A análise da luta institucional entre as forças populares e a burguesia, de 1988 para cá, mostram que é possível para a esquerda

vencer eleições para o Executivo, mas que é virtualmente impossível constituir maiorias parlamentares de esquerda. É difícil até mesmo constituir bases parlamentares ideologicamente sólidas, superiores ao terço necessário à defesa dos mandatos executivos. A “governabilidade” depende da manutenção de sólido apoio popular e de acordos pragmáticos nos Legislativos, estes voláteis em cenários de crise.

CONCERTAÇÃO OLIGÁRQUICA

Collor foi deposto com a esquerda fornecendo a mobilização nas ruas e as oligarquias concertando entre si a formação de um novo governo que viabilizasse a estabilização do regime e a vitória eleitoral em 1994. Olhando retrospectivamente, se

Collor não tivesse sido derrubado, a coalizão conservadora que o elegeu em 1989 chegaria às eleições presidenciais de 1994 desmoralizada e com enormes dificuldades de apresentar um candidato competitivo contra Lula. Provavelmente, não havia para a esquerda outro caminho em 1992, a não ser a derrubada de Collor, pela pressão da base social e pelas dimensões da crise. Mas, com exceção de Brizola, que relutou em aderir ao *impeachment*, nenhum setor da esquerda compreendeu as implicações dessa ação. Brizola vinha dos anos 1950 e assistira às tentativas de derrubar Vargas, de impedir a posse de Juscelino, de bloquear a posse de Jango e, finalmente, ao golpe de 1964. Certamente, o sexto sentido estava ativado para a defesa de man-

dados populares contra manobras que os interrompessem. Brizola vinha de longe.

Dilma foi derrubada em 2016, apesar de todas as concessões que fez, mas, pela natureza da base social, não podia entregar tudo que a burguesia queria. Com a crise e consequente perda de popularidade, o destino dela estava traçado.

No Rio de Janeiro a movimentação pelo *impeachment* do prefeito visa arrumar a casa para a construção de uma candidatura do campo conservador em 2020, livre do ônus de defender o colapso administrativo de Crivella. Esse movimento não deve ter a colaboração da esquerda. Não nos cabe ajudar a resolver as crises políticas da burguesia.

IMPEACHMENT DE BOLSONARO

Quando escrevo este texto, em 19 de maio, começa a circular pela grande imprensa e pelo Congresso a hipótese de derrubada de Bolsonaro. Algo que semanas antes entrava como mera especulação em conversas reservadas passa a ser tratado à luz do dia. Está medianamente claro que Bolsonaro é inepto para fazer avançar com consistência a agenda ultraliberal da coalizão da Casa Grande que o elegeu. O rápido desgaste do governo, o prolongamento sem fim da crise econômica e as ações grotescas da parte circense do ministério minam o apoio mesmo entre parte das classes médias conservadoras. É notória a movimentação do vice, o general Hamilton Mourão, para se colocar como capaz de retomar a agenda da burguesia sem manobras diversionistas e sem se envolver em polêmicas secundárias.

As extraordinárias manifestações de 15 de maio recolocam a esquerda no cenário político pela primeira vez em anos, com real capacidade de mobilização. As expectativas de fortes demonstrações de força são reais e estão longe das tradicionais avaliações bravateiras tão comuns em parte da esquerda. Esse é um capital político de peso. O sucesso dessas ações enfraquecerá mais ainda Bolsonaro, que por um lado busca também mobilizar os seus contra os inimigos imaginários de sempre.

TEMPOS ACELERADOS

Os tempos da política estão acelerados. Fazer previsões nos últimos meses virou tarefa de enorme risco, mas confirma-se um cenário de grandes mobilizações con-

A análise da luta institucional entre as forças populares e a burguesia, de 1988 para cá, mostram que é possível para a esquerda vencer eleições para o Executivo, mas que é virtualmente impossível constituir maiorias parlamentares de esquerda. É difícil até mesmo constituir bases parlamentares ideologicamente sólidas, superiores ao terço necessário à defesa dos mandatos executivos. A “governabilidade” depende da manutenção de sólido apoio popular e de acordos pragmáticos nos Legislativos, estes voláteis em cenários de crise

tra a reforma da Previdência e os cortes de verba da Educação, bem como a crescente fragilidade de Bolsonaro em mobilizar os seguidores mais fiéis, com dificuldade de levar adiante o programa ultraliberal de Paulo Guedes. Nesse sentido, a burguesia avançará na tentativa de se livrar do capitão. Não será difícil encontrar as razões no laranjal da família, como o avanço das investigações contra Flavio Bolsonaro. Podem chegar até à comprovação de relações com as milícias cariocas, muito além da mera simpatia e das relações pessoais com alguns de seus membros.

Foi a aliança das mais diversas frações da burguesia que elegeu Bolsonaro, um *outsider* inconfiável, da mesma forma que em 1989 foi essa mesma aliança que elegeu Collor. Em ambos os casos atingido o objetivo de derrotar a esquerda, sobra para a oligarquia administrar a crise política decorrente do recurso a *outsiders* empoderados.

Nosso adversário não é Bolsonaro, assim como não era Collor, nem é Crivella. Nosso adversário é o projeto oligárquico excluyente dirigido pela aliança das burguesias financeira e agrária que hegemonizaram as outras frações da burguesia, para quem esses atores nunca passaram de peões a serem usados e, se necessário, descartados. Não podemos nos contentar com o descarte dos peões.

NOVAS ELEIÇÕES

O acúmulo de forças que estamos obtendo nas ruas não pode servir de linha auxiliar à resolução da crise política por parte da elite. Sempre que esta falou em pacificação da política foi para reestabelecer um arranjo que reorganizou as forças e impôs a paz dos cemitérios ao andar de baixo.

A vulgarização do *impeachment*, a naturalização como método de apejar governos eleitos será sempre usada impiedosamente contra administrações de esquerda quando as condições lhes permitirem e contra governos da direita quando estes se tornarem disfuncionais. É de luta de classes que se trata.

No cenário nacional o general Mourão se desloca. Na política e no futebol quem se desloca recebe. Nosso papel é o de negar-lhe terreno. No agravamento da crise política devemos contrapor ao *impeachment* a defesa de novas eleições. Nenhum acordo sem novas eleições. Nenhum voto a favor de *impeachment* sem novas eleições.

Hoje como ontem o *impeachment* será queima de arquivo.



José Luís Fervereiro
é economista
e membro do
Diretório Nacional
do PSOL



Entrevista
Marcelo Freixo

**“O assassinato de Marielle
é um crime contra a
democracia, um divisor
entre civilização e barbárie”**

Marcelo Freixo, deputado federal do PSOL do Rio de Janeiro, vive sob proteção policial desde que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias, na Assembleia Legislativa do Estado, há 11 anos. O relatório final pediu o indiciamento de 260 políticos, policiais, agentes penitenciários, bombeiros e personagens civis.

Freixo liderou ainda duas CPIs, a do tráfico de armas e a dos autos de resistência.

Enfrentando uma briga que poucos encaram, Freixo tornou-se alvo visível para grupos perigosos que controlam pedaços do poder público, territórios e inúmeros serviços em bairros populares.

A trajetória parlamentar desse professor de História e ativista de Direitos Humanos de 52 anos recebe um crescente reconhecimento popular. Eleito para a Assembleia Legislativa em 2006, com 13.547 votos, ele multiplicou por 13 vezes o desempenho na segunda disputa (2010), alcançando 177.253 sufrágios. Em 2014, a marca quase dobrou, chegando a 350.408 votos. Dois anos depois, Freixo chegou ao segundo turno das eleições municipais do Rio, com 1.163.662 eleitores escolhendo o nome dele (40,64% do total). Perdeu para Marcelo Crivella, numa disputa tremendamente desigual em volume de recursos. Marcelo Freixo exerce o primeiro mandato de deputado federal.

RICARDO MORAES/REUTERS

FRANCISVALDO MENDES E GILBERTO MARINGONI

Uma pergunta ronda as investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do motorista Anderson Pedro Gomes, mais de um ano depois das execuções: quem mandou matar?

A identificação dos assassinos, em março deste ano, resultou de uma investigação repleta de idas e vindas. O fuzilamento aconteceu numa cidade marcada pela atua-

ção de milícias e grupos criminosos, até mesmo dentro do Estado, oferecendo proteção e serviços que deveriam ser públicos. Encontrar os mandantes e saber das motivações significa desvendar uma teia de claras conotações políticas.

Para falar sobre o sentido dessa execução, do andamento das investigações e o que se acumulou até aqui, *Socialismo e Liberdade* entrevista Marcelo Freixo, deputado federal do PSOL-RJ e um dos maiores especialistas em segurança pública de todo o país.

Quem matou Marielle é um assassino profissional e orgânico no crime. É uma pessoa conhecida por quem estuda a segurança pública, é investigado por outras mortes e era traficante de armas. Não há o menor sentido em imaginar que uma pessoa dessas resolva matar por ódio alguém que ele sequer conhecia. Ele não é um assassino vingativo e violento solto na rua; é orgânico no crime. Por isso foi contratado

Quem mandou matar Marielle?

Acho que essa é a principal pergunta a ser feita agora. Depois de muito sacrifício, a polícia conseguiu descobrir quem apertou o gatilho. Não foi qualquer pessoa. O assassinato da Marielle foi um dos crimes mais bem planejados da história do Rio de Janeiro, e não estou falando de um lugar pouco violento. Temos taxas de homicídio altíssimas e com crime organizado implantado. O crime organizado no Estado se envolve com política e com domínio de território. O Rio apresenta uma circulação de armamentos sem paralelo com outros lugares, nem mesmo com São Paulo. Você imaginar que o crime da Marielle aconteceu aqui não é qualquer coisa. É sinal de que havia uma motivação política.

Não foi um crime de ódio?

É preciso descartar qualquer ideia que foi crime de ódio ou sentimento específico de quem atirou. Quem matou Marielle - Ronnie Lessa - é um assassino profissional e orgânico no crime. É uma pessoa conhecida por quem estuda a segurança pública, é investigado por outras mortes e era traficante de armas. A ficha inclui o fato de ser um PM reformado por um atentado que sofreu, com salário de R\$ 7 mil. Morava no mesmo condomínio do Presidente da República, tinha o carro mais luxuoso da vizinhança, casa e lancha em Angra dos Reis. Está com a vida financeira bem resolvida. Ele mata há muitos anos, enriqueceu assim, mas nunca foi investigado por conta do poder político que seu grupo de matadores tem. Trata-se do chamado Escritório do Crime. O nome "Escritório" dá bem um perfil empresarial da atividade. Não há o menor sentido em imaginar que uma pessoa dessas resolve matar por ódio alguém que ele sequer conhecia. Ele não é um assassino vingativo e violento solto na rua; é orgânico no crime. Por isso foi contratado. Seja lá quem cuidou do negócio, contratou bem.

Isso implica a existência de um mandante?

Houve mandante e isso é o mais importante. Quem mandou matar Marielle não mandou matar por ódio à Marielle, especificamente. Pagou um profissional caro e sofisticado. Tanto é que se demorou muito a chegar ao nome dele.

O assassinato indica, claramente, a existência de um grupo no Rio de Janeiro capaz de matar na disputa política. Se não soubermos quem mandou matar, não saberemos a razão da morte. E esse grupo vai continuar com suas ações. A Polícia Federal me diz que os criminosos se arrependeram muito do crime contra a Marielle, pois não acreditavam que a repercussão fosse tão ampla. Caminhamos para um lugar perigoso em termos de barbárie

Por que demorou para descobrir o assassino, sabendo que havia uma intervenção militar no Rio?

Há vários problemas nessa investigação. Ela foi feita pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e pela Delegacia de Homicídios. Era o setor indicado a não ser que se federalizasse a busca, o que não é uma decisão simples e corriqueira. Eu defendo que crimes de milícias sejam sempre investigados pela Polícia Federal. Trata-se de uma mudança legislativa necessária. As polícias locais não têm condições de investigar a própria polícia nesse nível de organização criminosa. A milícia tem, no comando, policiais. É um problema você imaginar que polícia vá investigar polícia.

Mas o fato de o Exército, que é uma força federal, estar no Rio não poderia ter agilizado as investigações?

A intervenção aconteceu, inclusive, sobre as polícias. Durante boa parte do tempo, a investigação foi comandada pelo Exército e a delegacia de homicídios estava submetida à intervenção. O Secretário de Segurança passou a ser o General Richard Nunes. Esse crime é um divisor de águas e revela muito do Rio de Janeiro. É um crime que indica, claramente, que há um grupo político no Rio de Janeiro capaz de matar na disputa política. É um crime contra a democracia! Se nós não soubermos quem mandou matar, não saberemos a razão da morte. E esse grupo vai continuar matando. A Polícia Federal me diz que os criminosos se arrependeram muito de terem matado a Marielle, pois não acreditavam que a repercussão fosse tão ampla. Caminhamos para um lugar muito perigoso em termos de barbárie, em termos de força política de extrema direita, que é capaz de tudo.

O crime organizado está dentro do Estado?

Crime organizado está sempre dentro do Estado, como falo há muitos anos. Isso não quer dizer que seja o único crime ali existente. O tráfico de drogas, com a complexidade e com o trajeto de riqueza, é um crime organizado. O dinheiro do tráfico de drogas está no mercado imobiliário, no mercado financeiro e na bolsa de valores. Não há um mercado paralelo para o dinheiro do crime. Só há um mercado. Mas o varejo da droga, o domínio territorial e a venda têm muito pouco de crime organiza-



do. O domínio de um território – por exemplo, nas favelas do Rio de Janeiro – é um poder absolutamente local em um mundo cada vez mais globalizado. A quantidade de armas não define a organização de nenhum crime. Para mim, quanto menos organizado é um crime, de mais armas

ele precisa, pois você vai enfrentar apenas uma questão territorial, ou militar, e não uma questão política e financeira. Quanto menos armas você utiliza no domínio de atividades criminosas, mais organizado você é, por estar dentro de uma lógica de mercado de poder.

Essa é a lógica do Gramsci quando fala em hegemonia. A relação entre convencimento e coação se dá de acordo com a possibilidade de se exercer a hegemonia.

Claro. O crime verdadeiramente organizado tem braços muito profundos dentro do Estado. Não só na máquina pública, mas nos negócios. Por isso que, quando presidi a CPI das milícias, em 2008, nós criamos um conceito. As milícias tinham pouco tempo de existência, mas elegeram vereadores em 2004 e deputados em 2006, quando fui eleito. A milícia, claramente, leva-me a um conceito de “Estado leiloado”, que é o contrário de “Estado paralelo”. É muito comum, no vocabulário da criminologia, você ouvir a ideia de Estado paralelo. Acho que o Estado paralelo não existe. Só existe um Estado. O que você tem é domínio territorial armado, e isso não é Estado paralelo. Sempre lembro do seguinte: na eleição de 2006, havia uma facção no Complexo do Alemão com um grande líder preso há anos. O irmão dele foi candidato a deputado, teve seis mil votos e não foi eleito. No mesmo ano, Sérgio Cabral ganhou a eleição no primeiro turno, com 76% dos votos naquela região. Quem controlava o local era a facção ou o PMDB? Faça sempre essa pergunta para quem quer discutir crime organizado.



Para mim, quanto menos organizado é um crime, de mais armas ele precisa, pois você vai enfrentar apenas uma questão territorial, ou militar, e não uma questão política e financeira. Quanto menos armas você utiliza no domínio de atividades criminosas, mais organizado você é, por estar dentro de uma lógica de mercado de poder.





E como você classifica a milícia?

Milícia não é Estado paralelo, é Estado leiloado. Porque esses caras dominam o território militarmente. Se tiver que matar, eles matam, e matam muito, têm grandes taxas de homicídio. Mas eles não têm a ostensividade das armas, até porque eles são, em suas cabeças, agentes públicos na

área de segurança, e dominam diversas atividades econômicas desse lugar. Por que a milícia é um grande salto organizacional do crime? Porque é a primeira vez em que um grupo transforma domínio territorial em domínio eleitoral. Todo miliciano é dono de um centro social. Então, eles têm a mão do terror e a mão do favor. Aí nasce um espírito

de máfia no Rio de Janeiro. E eles elegem gente e não somente deles. É uma máquina eleitoral muito forte e com muito dinheiro.

Vamos esmiuçar mais a questão do domínio territorial. Em abril de 2019, desabou um edifício em Muzema e revelou-se que a construção era de responsabilidade das milícias. Isso representa um controle não apenas do território, mas também de todo o aparato legal de regularização do solo e da urbanização?

*Dominam tudo. Ali, por exemplo, eles têm controle de **factoring**, emprestam dinheiro a juros e funcionam como um banco. Além disso, formam imobiliárias, constroem prédios sem fiscalização e cobram pela segurança. Como se não bastasse, controlam todas as TVs a cabo, com sinais clandestinos, o fornecimento de gás e o transporte alternativo. Você tem ideia de quanto isso vale em dinheiro? E eles transformam todos os negócios em domínio eleitoral.*

As milícias continuam crescendo territorialmente e financeiramente no Rio de Janeiro porque não se mexeu em suas estruturas econômicas. Milícia é um bom negócio

Ao mesmo tempo, isso não torna as milícias populares? Não são vistos como gente eficiente para a resolução de pequenos e grandes problemas?

Quando a gente começou a chegar às milícias em 2008, tive dificuldade em abrir a investigação. Primeiro, porque as milícias estavam presentes na Assembleia Legislativa. Havia deputados milicianos poderosos. Tive dificuldade porque, na sociedade, existia a ideia de que a milícia era um mal menor. Ela, pelo menos, expulsava o tráfico e mantinha ordem. Isso se combina com o discurso da assistência. E, claro que tem apelo popular. Eles são donos de centros sociais e fazem atendimento às pessoas. Ao mesmo tempo, tem a extorsão e a violência. Então, por exemplo, você só compra gás com eles e o gás é mais caro. Você tem que pagar a taxa de segurança, pois se não pagar, perde a sua casa. Assim, há a extorsão e a violência, mas tem a ideia de que, se fosse o tráfico, seria pior. Não existe a perspectiva de o Estado funcionar direito, por isso digo que temos um Estado leiloado. Eles se assumem como Estado, até porque são figuras da segurança pública, são agentes públicos, são funcionários públicos. É um grupo criminoso absolutamente próximo à lógica das máfias. E como a gente consegue começar a quebrar isso? Você vai mostrando o enriquecimento deles, a altíssima taxa de homicídios nas áreas, o terror, o medo e, de um tempo para cá, nas áreas de milícia, começa a ter tráfico, por causa de dinheiro. A grande eficiência da CPI das milícias foi ter mudado a opinião pública sobre as milícias.

Essa virada aconteceu?

Aconteceu. Hoje, ninguém defende milícia no Rio de Janeiro, tirando o Bolsonaro.

E como eles ganharam a eleição em alguns territórios? O Witzel, por exemplo, elegeu-se auxiliado pela milícia?

O Witzel vai a tudo quanto é lugar. Não foi só por causa de milícia, não. Nas áreas de milícias, claramente, ele tem o apoio desses grupos. Mas ele ganhou na zona sul inteira, ganhou em tudo quanto é lugar. Ele acompanha o fenômeno Bolsonaro. Mas a milícia tem perdido força eleitoral. Por exemplo, em 2006 e 2008, eles elegeram parlamentares. Em 2010, já não elegeram. Não há deputados eleitos por eles, apesar de fazerem campanha e dominarem militarmente os locais.

Milícias são grupos armados que dominam territórios e, ao dominar territórios, dominam atividades econômicas desses territórios. A chefia das milícias, em boa parte, é formada por agentes públicos ou ex-agentes públicos da área de segurança. São policiais militares, policiais civis, bombeiros, membros do Exército, ou PMs expulsos da corporação

Eles perderam representação?

Perderam. Para você ter uma ideia, quando eu presidi a CPI das milícias, a gente indiciou vários deputados e vereadores. Todos foram presos. Foram 260 pessoas presas diretamente, na CPI. Deputado saiu algemado, vereador saiu algemado. Os donos de milícia pararam de se candidatar e passaram a apoiar outros postulantes. Ficou perigoso para eles. Foi uma pancada grande. O relatório da CPI traz 58 propostas concretas para reduzir o poder das milícias. Sem tirar o domínio territorial, econômico e político deles, só prender não resolve. Como em qualquer máfia no mundo.

A ascensão de Bolsonaro é um fenômeno extremamente complexo, mas representa também uma ascensão das milícias?

Mais ou menos. As milícias continuam crescendo territorialmente e financeiramente no Rio de Janeiro porque não se mexeu na estrutura econômica deles. Milícia é um bom negócio. A expressão política da milícia, depois da CPI, caiu, e agora começa a ter o risco de voltar a crescer, por causa da eleição do Bolsonaro. É o contrário.

Como se define a milícia?

São grupos armados que dominam territórios e, ao fazerem isso, dominam atividades econômicas desses territórios. A chefia das milícias, em boa parte, é formada por agentes públicos ou ex-agentes públicos da área de segurança. São policiais militares, policiais civis, bombeiros, membros do Exército, ou PMs expulsos da corporação. São grupos que, ao dominar as atividades econômicas, dominam as atividades sociais desses lugares, e que transformam o domínio territorial em domínio eleitoral. Isso é milícia. É muito comum o pessoal dizer que segurança privada é milícia. Não é. Nas ruas da zona sul do Rio de Janeiro, o cara bota uma cancela, bota um colete e faz segurança do bairro. Isso não é milícia.

Pela sua definição, pode-se dizer que milícia é um grupo muito mais político do que militar?

Ele é militar e político. O domínio territorial é militar e armado, mas não é ostensivo. Por exemplo, se a polícia for fazer agora uma blitz em uma área de milícia, não vai encontrar ninguém trocando tiro com a polícia. Eles não disputam o domínio daquele

território com a polícia, porque, inclusive, são policiais! Eles não vão enfrentar o Estado, eles são do Estado.

Por que o Estado não retoma esses lugares?

Porque não se toma esses lugares agindo militarmente. E o Estado só sabe operar a segurança pública militarmente. Não há investimento em inteligência.

A UPP não resolveu?

*Não. Primeiro, porque não teve UPP em área de milícia, o que já era sintomático. E por quê? Porque não interessa. Eles botaram uma UPP onde os jornalistas de **O Dia** foram torturados, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Muito simbólico. As UPPs são, todas, em áreas de tráfico. E todas na Zona Sul do Rio de Janeiro.*

Qual foi o papel do Exército nessas áreas?

O Exército não ocupa área com milícia. Qual foi a grande operação do Exército contra área de milícia? Não tem. Porque não se investiga ou se enfrenta militarmente a milícia. É preciso fazer um serviço de inteligência, identificar quem são as pessoas e fazer a prisão. E como você retoma uma área de milícia? Tirando da milícia o papel econômico, com o Estado assumindo. Agora, na Muzema, cai o prédio, a sociedade está enfurecida com a milícia porque as pessoas morreram. Era hora de o Estado entrar ali e falar: “Acabou a milícia aqui”. Para isso, o poder público teria de colocar posto da prefeitura, saúde preventiva, investimento, transporte público e regularizar o fornecimento de gás.

Mas, operacionalmente, para entrar com posto de saúde e escola, tem que entrar com uma cobertura militar.

Claro. Tem que ter a Polícia Militar lá, como em qualquer lugar. Mas tem que tirar o braço econômico da milícia. Vai tirar o braço econômico da milícia? Por que não fazem isso agora?

Qual o significado de Flávio Bolsonaro ter contratado Queiroz em seu gabinete de vereador?

É grave. As pessoas me perguntam: “O que você acha do cara que matou a Marielle ser vizinho do Bolsonaro? Isso não é grave, não é um indício?”. Acho que a gente precisa to-



O Exército não ocupa área com milícia. Não se investiga ou se enfrenta militarmente a milícia. É preciso fazer um serviço de inteligência, identificar quem são as pessoas e fazer as prisões. E como você retoma uma área de milícia? Tirando da milícia o papel econômico, com o Estado assumindo suas funções. Para isso, o poder público teria de colocar posto da prefeitura, saúde preventiva, investimento, transporte público e regularizar o fornecimento de gás



mar cuidado. Eu não posso garantir quem são todos os vizinhos do prédio em que moro, não sou responsável por isso. Daqui a pouco, descobrem que um grande traficante de armas reside no mesmo prédio que moro, e aí eu, que disse que o Bolsonaro tinha que explicar isso, vou ter que me explicar também. Se você me perguntar o nome e a cara dos meus vizinhos, eu não sei. Não encontro as pessoas, não sei quem são. Então, você não pode ser leviano. Mas Bolsonaro tem que responder pelo que sempre fez e disse. Ele defendeu a legalização das milícias no mesmo momento em que eu estava liderando a CPI. Quando falo “Bolsonaro”, estou falando do clã. O Bolsonaro defendeu os grupos de extermínio abertamente. Sempre defendeu os autos de resistência, ou seja, a ação letal da polícia. Sempre fez isso, sempre se aproximou ideologicamente da defesa da violência institucional. O Queiroz, um ex-braço direito do Jair, vai trabalhar com o Flávio. Trata-se de um policial militar que trabalhou em batalhões muito violentos. Ele serviu junto com o Ronnie Lessa, o matador da Marielle, com o Adriano Nóbrega, chefe do Escritório do Crime, e com o Cláudio Luiz Oliveira, o policial que está preso por ter sido mandante da morte da juíza Patrícia Acioli [assassinada em 2011, em Niterói, por sua atuação dura contra traficantes e policiais corruptos]. Há um setor de gente muito perigosa que sempre teve relações com a família, por meio do Queiroz. O Flávio, quando vereador, homenageou Adriano com uma medalha – e o Adriano hoje é um foragido – dentro da prisão, respondendo por homicídio. Até foi, posteriormente, absolvido, mas, na época, estava preso. Essas relações todas são muito graves.

Qual a relação de grupos de extermínio com a milícia?

São duas coisas completamente diferentes. Grupos de extermínio são históricos no Rio de Janeiro. Existiram vários, principalmente na área da baixada fluminense. São policiais, na maioria das vezes, contratados para fazer um serviço de extermínio. Então, por exemplo, comerciantes locais contratam para matar algum assaltante. A milícia é de outra natureza. A milícia não é contratada por comerciantes. Ela é dona do lugar e o comerciante paga à milícia para continuar sendo comerciante. A milícia muda a natureza da relação. Ela é muito mais sofisticada.



A esquerda nunca conseguiu tratar corretamente a questão da segurança. Como você vê isso?

É um erro histórico que a esquerda cometeu. Acho que, quando pensamos a Constituição de 1988, tivemos uma enorme preocupação com educação, com saúde e com terra. A segurança não entrou no horizonte da esquerda. E aí, a direita pegou a segurança como um tema dela e constrói uma narrativa sobre o medo, sobre as cidades, uma narrativa policial, quase que restringindo a segurança a um

debate sobre polícia. Permitimos que essa lacuna ficasse aberta. É claro que a gente tinha que debater saúde, educação, mas a gente não atentou para a ideia de que o mundo se tornava cada vez mais urbano, e que um dos grandes desafios da vida urbana é o da segurança. E que seria necessário propor algo diferente da direita, que haveria também disputa, como há disputa na concepção de saúde, de educação, de segurança. O maior mecanismo de eleição de deputados conservadores hoje é a igreja e a segurança.

Igreja?

Nós também tivemos uma incapacidade religiosa muito grande, pois ficamos na teologia da libertação, e não entendemos o crescimento do mundo pentecostal e a nova formação religiosa das periferias. Demoramos muito a entender que ali há um elemento de pertencimento social muito profundo. Perdemos a sensibilidade religiosa e de segurança. É muito grave. Quando, hoje, você vê naturalizada a ideia de que Direitos Humanos é direito de bandido, temos uma sofisticação do debate. Não se permite a existência de outro elemento capaz de pensar a segurança que não a lógica militar, da polícia. Nessa matriz, só pode falar de segurança quem pega em armas. Os ataques mais violentos que sofro são nessa área. E estudo segurança há 30 anos.

Apesar das diferenças evidentes entre religião e segurança, é possível dizer que ambas, de certa maneira, cobrem a insuficiência do Estado como ente público? Uma pela sociabilidade e acolhimento e outra pela ausência de ação do Estado?

Claro que sim. São discursos que se aproximam, porque o mundo religioso também lhe oferta segurança. Seja a segurança espiritual, de pertencimento, afetiva, ou seja a segurança de querer um mundo mais estável, onde eu possa me sentir melhor. O nosso projeto de sociedade oferece qual segurança? A segurança do sonho, do desejo? Essas são questões sobre as quais precisamos refletir e agir.



A segurança não entrou no horizonte da esquerda. E aí, a direita pega a segurança como um tema dela e constrói uma narrativa sobre o medo, sobre as cidades, uma narrativa policial, quase que restringindo a segurança a um debate sobre polícia. Permitimos que essa lacuna ficasse aberta



Marielle, Bolsonaro e as milícias

É preciso esclarecer um ponto fundamental no assassinato da vereadora do PSOL: quem foram os mandantes e quais os motivos? É uma questão decisiva para impedir que o crime organizado se instale definitivamente na vida política brasileira

Cid Benjamin

Até agora, na data do fechamento desta edição de *Socialismo e Liberdade*, estão presos apenas os dois milicianos executores do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson

Gomes. Falta o mais importante: a identificação e a prisão dos mandantes. Além disso, claro, saber as razões do crime e desvendar as vinculações dos assassinos com o mundo da política.

Muito atuante na denúncia da violência policial contra os pobres, Marielle não tinha

atuação localizada em áreas dominadas por milícias. Tampouco a ação dela no Legislativo teve como alvo prioritário os paramilitares, como foi o caso do hoje deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) - a principal figura da CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio em 2008. Por conta disso,



aliás, Freixo é obrigado, até hoje, a viver protegido por segurança armada.

Assim, tudo indica que não foi um problema local que levou ao assassinato de Marielle.

A HIPÓTESE DO ÓDIO

Pode, também, ser descartada uma hipótese levantada inicialmente pela polícia: a de que ela tenha sido morta por ódio individual a esquerdistas, mulheres, negros ou homossexuais. Ora, alguém acredita que um matador profissional vá passar três meses estudando os passos de uma pessoa, antes de matá-la, apenas por não gostar de “gente de esquerda”? Pois foi o que fez o matador de Marielle.

No fundo, essa história de crime de ódio é uma hipótese que serve mesmo a quem encomendou a execução. Crime de ódio é crime isolado, sem mandante. A morte de Marielle pode não ter sido pensada inicialmente como um atentado isolado. A execução aparentemente faria parte de uma série. Talvez a enorme repercussão do crime tenha sustados outros atentados que viriam

No fundo, essa história de crime de ódio é uma hipótese que serve mesmo a quem encomendou a execução. Crime de ódio é crime isolado, sem mandante.

Investigações mostraram que o ex-PM Ronnie Lessa, o principal dos matadores, fez também levantamento da vida de outros possíveis alvos. De uma forma ou de outra, todos eles com atuação na defesa dos direitos humanos.

Mas há algo intrigante. Teve, também, a vida investigada pelo matador o professor Pedro Mara, diretor do Ciep 210, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Nesse caso, há uma diferença entre Mara e os demais. Ele não tem atuação política aberta. Mas tinha tido recentemente uma dura discussão com Flávio, um dos filhos de Bolsonaro e amigo íntimo de milicianos, tornando-se seu desafeto. Será que, por isso, passou a ser um alvo possível?

Dois conclusões surgem do que foi dito acima.

A primeira é que a morte de Marielle pode não ter sido pensada inicialmente como um atentado isolado. A execução aparentemente faria parte de uma série. Talvez a enorme repercussão do crime tenha sustados outros atentados que viriam em seguida.

A segunda conclusão: o fato de o professor ser também um alvo do matador é mais um elemento a indicar a proximidade dos Bolsonaros com paramilitares. A hipótese fortalece a impressão de que o presidente e a família têm relações mais próximas com a milícia do que muitos pensam. Próximas a ponto de uma alteração individual do 1º (ou ele será o 2º? Ou o 3º?) levar o nome do desafeto à lista de alvos potenciais de um matador profissional.

PERIGO PARA A DEMOCRACIA

Todo esse quadro traz à tona uma possibilidade macabra e perigosíssima para a democracia. Será que as milícias podem se transformar no embrião de algo semelhante à Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), grupo paramilitar que eliminou ativistas de esquerda? Seria algo muito sério. Para que se tenha uma ideia da gravidade da hipótese, basta dizer que, segundo relatórios de entidades de defesa dos direitos humanos, a Triple A assassinou 1.122 pessoas, entre militantes, artistas, parlamentares, estudantes, historiadores, juizes e outros funcionários públicos na Argentina.



Começando a operar em 1973, quando do retorno do presidente Juan Domingo Perón ao país, aquela organização crimino-

sa esteve em atividade até à derrubada de Isabelita Perón, em 1976, quando um golpe de Estado instaurou uma sangrenta dita-

dura militar. A partir daí, as próprias Forças Armadas se encarregaram do extermínio de militantes e simpatizantes da esquerda.

Seja como for, parece evidente que uma tarefa se impõe: acabar com as milícias. E, claro, desvendar as ligações com o mundo da política.

No Rio, elas já passaram de um domínio territorial localizado em áreas de periferia para voos mais altos, fora das regiões de influência originais. Tornaram-se quadrilhas de pistoleiros de aluguel, sem prejuízo de outras atividades criminosas que já exerciam.

Os milicianos têm experiência militar e acesso a armamento de qualidade. Sabe-se, por exemplo, que foram contratados como matadores de aluguel nas disputas do jogo do bicho. Outras mortes fora das áreas de origem foram também de responsabilidade deles, admite a polícia.

CRIME E POLÍTICA

Há outra pergunta relacionada ao caso Marielle e à promiscuidade das milícias

Os milicianos têm experiência militar e acesso a armamento de qualidade. Sabe-se, por exemplo, que foram contratados como matadores de aluguel nas disputas do jogo do bicho. Outras mortes fora das áreas de origem foram também de responsabilidade deles, admite a polícia



Na campanha eleitoral, Wilson Witzel festejou o assassinato de Marielle em cima de um carro de som, ao lado de dois parceiros trogloditas que exibiam, em festa, a placa com o nome da vereadora partida em dois pedaços

com a polícia e o mundo da política: como vazou a operação que prendeu os dois ex-PMs matadores?

A prisão deles traz mais indagações. Por razões legais, a polícia não pode entrar em residências antes das 6h da manhã. Talvez por isso, os assassinos tenham deixado as residências, preparados para desaparecer, em torno das 4h da madrugada. Não há dúvida de que tinham sido avisados da operação que os prenderia. Ao sair, porém, caíram nas mãos da polícia, que estava a postos desde as 3h da manhã, esperando amanhecer. Desconfiados de que, mais uma vez, uma operação vazaria, os policiais chegaram mais cedo.

Quem alertou os dois matadores?

É difícil pensar que em prisões dessa importância não tenha havido compartimentação de informações. É praxe que, em casos assim, os participantes da operação só sejam informados do objetivo no último momento. Até os celulares são recolhidos, por precaução.

Se esses cuidados foram tomados, uma

possível explicação para o vazamento é que ele tenha ocorrido “para cima”, a partir de quem, na cadeia hierárquica, era superior aos chefes da investigação. Eles seriam o secretário da Polícia Civil e o governador Wilson Witzel, que, pela relevância da operação, devem ter sido avisados.

Claro que não se pode acusar quem quer que seja de ter vazado a operação. Seria uma leviandade. Mas, fica a pulga atrás da orelha.

Afinal, na campanha eleitoral, Witzel festejou o assassinato de Marielle em cima de um carro de som, ao lado de dois parceiros trogloditas que exibiam, em festa, a placa com o nome da vereadora partida em dois pedaços.

RETROCESSO CIVILIZATÓRIO

A execução de Marielle não foi mais uma morte, dentre tantas que ocorrem no Brasil. Embora toda vida humana tenha um valor igual – e incomensurável – a gravidade de assassinatos políticos vai além da perda de vidas. Os tiros atingem a demo-

cracia. Mostram que a luta política está sendo travada de forma inaceitável. São um retrocesso no processo civilizatório.

O envolvimento de milícias com assassinatos políticos deixa claro, mais uma vez, que, no universo do chamado “crime organizado” (que deixa de lado os crimes cometidos por gente de paletó e gravata, limitando-se àqueles em que são usadas armas), os paramilitares são a principal ameaça.

Daí ser preocupante que no pacote de combate à violência apresentado pelo ministro Sérgio Moro, em fevereiro, o combate às milícias não tenha lugar de destaque. Aliás, está quase ausente do documento, sendo citado apenas de passagem.

A omissão só pode ser compreendida devido às ligações de milicianos com gente do poder. Mas, não seja por isso. O presidente tem uma boa oportunidade para demonstrar que não compactua com os crimes paramilitares. Foi proposta a abertura de uma CPI sobre milícias na Câmara dos Deputados. A bancada vai apoiá-la?

DISCURSO COMPROMETEDOR

A propósito, vale lembrar o discurso de certo deputado no plenário da Câmara, em 12 de agosto de 2003, quando se tentou abrir uma investigação sobre um grupo de extermínio que agia na Bahia.

“Quero dizer aos companheiros da Bahia — há pouco ouvi um parlamentar criticar os grupos de extermínio — que enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo. Se não houver espaço para eles na Bahia, podem ir para o Rio de Janeiro. Se depender de mim, terão todo o meu apoio, porque no meu Estado só as pessoas inocentes são dizimadas”.

O autor desse discurso foi o então deputado Jair Bolsonaro.

De lá até hoje não houve qualquer indicação de que o presidente tenha mudado de opinião sobre esses grupos paramilitares.

Talvez aí esteja a resposta à pergunta sobre as razões pelas quais Sérgio Moro não deu prioridade às milícias no plano de combate à criminalidade.



Cid Benjamin é militante do PSOL, jornalista e professor



Lula Livre

será conquistado nas ruas

Valério Arcary

Lula não está preso porque o PT foi financiado, eleitoralmente, pelas empreiteiras. Lula está preso por um crime que não cometeu, em função de uma estratégia política que teve como resultado a eleição de Bolsonaro. Enquanto não acontecer uma inversão profunda da relação social de forças, ou seja, uma nova situação política, Lula continuará preso. A defesa da campanha Lula Livre não diminui o PSOL, ao contrário, o fortalece.



FRANCISCO PRONER

Há mais de um ano Lula está preso em Curitiba. A liberdade dele será conquistada nas ruas, não nos tribunais. Não há perspectiva de que uma decisão judicial, em prazo previsível, venha sequer beneficiá-lo com prisão domiciliar.

Claro que, circunstancialmente, porque há desarticulação e confusão dentro do governo, e divergência entre o governo e o Congresso, e entre ambos e o Judiciário, não podemos descartar que, em algum momento, haja autorização de prisão domiciliar, pois o mais decisivo é que Lula permaneça sem direitos políticos. Ele nas ruas apelando à mobilização popular contra o governo Bolsonaro seria intolerável.

Enquanto não acontecer uma inversão profunda da relação social de forças, ou seja, uma nova situação política, Lula continuará preso. Enquanto a resistência à destruição do direito à aposentadoria contra a reforma da Previdência, de defesa das verbas para a educação pública contra o corte para as Universidades e Institutos Federais; de proteção da população pobre e negra contra a violência policial; de garantia dos indígenas à demarcação das terras contra a invasão dos latifundiários; de regulação do uso de agrotóxicos contra o agronegócio; de limitação da atividade das mineradoras para impedir novas catástrofes como em Mariana e Brumadinho; e tantas outras, não ganharem volume, intensidade e radicalidade, Lula vai continuar preso.

Enquanto não explodir mobilização de massas na escala de milhões de trabalhadores e jovens nas ruas, Lula vai continuar preso. O centro da tática para conquistar Lula Livre é impulsionar, incansavelmente, essas lutas. As ruas libertarão Lula. A Justiça só concederá a liberdade quando estiver encurralada pela pressão popular.

SEM ILUSÕES

O cenário da luta jurídica da defesa legal de Lula não é favorável. Qualquer ilusão de que o destino da luta pela liberdade de Lula será resolvido no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ou no Supremo Tribunal Federal (STF) é autoengano. Não será. Embora não seja impossível que alguns ministros, individualmente, venham a se posicionar de forma crítica diante de alguma das muitas arbitrariedades do processo conduzido por Sérgio Moro, uma decisão colegiada favorável a Lula é improvável, na atual conjuntura.

Enquanto não explodir mobilização de massas na escala de milhões de trabalhadores e jovens nas ruas, Lula vai continuar preso. O centro da tática para conquistar Lula Livre é impulsionar, incansavelmente, essas lutas. As ruas libertarão Lula. A Justiça só concederá a liberdade quando estiver encurralada pela pressão popular.

O cenário da luta jurídica da defesa legal de Lula não é favorável. Qualquer ilusão de que o destino da luta pela liberdade de Lula será resolvido no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ou no Supremo Tribunal Federal (STF) é autoengano. Não será. Embora não seja impossível que alguns ministros, individualmente, venham a se posicionar de forma crítica diante de alguma das muitas arbitrariedades do processo conduzido por Sérgio Moro, uma decisão colegiada favorável a Lula é improvável, na atual conjuntura.



A classe dominante brasileira, ainda que parcialmente dividida, apoia, em sua maioria, a operação Lava Jato. O maior símbolo político da Lava Jato é a prisão de Lula. O projeto do governo Bolsonaro, e o arco de alianças políticas que lhe oferece sustentação, tem como estratégia uma agressiva ofensiva contra os direitos econômico-sociais da classe trabalhadora e do povo. Todas as organizações da classe trabalhadora, todos os movimentos sociais, sejam sindicais ou populares, de negros ou mulheres, da juventude ou LGBTs, indígenas ou ambientalistas estão ameaçadas.

O PSOL foi oposição de esquerda aos governos do PT. Discordou, energicamente, durante mais de doze anos, com o programa da coalizão articulada por Lula e Dilma Rousseff para preservar a governabilidade, cedendo às exigências da classe dominante e dos partidos que a representam no Congresso Nacional. O PSOL nasceu de uma ruptura com o PT porque não concordava com essa orientação estratégica. Esse combate foi conduzido, honestamente, nas ruas e no Congresso.

CONCESSÕES PERIGOSAS

O PSOL denunciou, incontáveis vezes, as concessões feitas em perigosas negociações entre os governos de coalizão liderados pelo PT, e as maiores corporações

capitalistas, inclusive o financiamento eleitoral. O PSOL criticou a impotência do PT diante de seu próprio governo. Nem o PT, nem o governo em que tinha a presidência ousaram apelar, seriamente, à mobilização social dos trabalhadores, nem mesmo quando o golpe do *impeachment* se precipitou no início de 2016.

Mas essa localização frontal não impediu o PSOL de integrar o Comitê Nacional da campanha Lula Livre. Essa posição decorre da conclusão de que os julgamentos em Curitiba e no TRF-4, em Porto Alegre, que condenaram Lula, foram insustentáveis, porque violaram o princípio democrático de presunção de inocência. Isso por três razões sumárias: (a) porque Lula não comprou o apartamento no Guarujá; (b) porque a única prova da acusação de corrupção foi uma delação premiada que beneficiou o delator sendo tudo somente ilações; e (c) porque o ônus da prova deve ser sempre da acusação, não do acusado.

O PSOL já tinha se posicionado contra o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e o considerou um golpe jurídico parlamentar, portanto, uma violação da Constituição.

A operação política reacionária - que começou com a investigação da Lava Jato, em 2014, passou pelas mobilizações de 2015/16 que abriram o caminho para a derrubada do governo do PT, levou ao



poder durante dois anos o arquiocorruputo Michel Temer, e culminou com a prisão de Lula - obedeceu a uma estratégia planejada de luta pelo poder.

UNIÃO OU DIVISÃO?

Por isso, o PSOL considera Lula um preso político. Por quê? (a) porque a operação Lava Jato esteve comprometida em judicializar a luta política para fundamentar a tese de que o maior problema do Brasil seria a corrupção, sendo o PT, presumidamente, o mais corrupto dos partidos; (b) porque a intencionalidade do processo foi desde o início impedir a candidatura de Lula, que estava, ainda, em condição de amplo favoritismo nas pesquisas, e colocar sobre a cabeça de toda a esquerda uma ameaça; e (c) porque o objetivo da desmoralização de Lula é desqualificar junto ao povo toda a esquerda.

Ainda assim, alguns na esquerda se perguntam: a campanha Lula Livre divide a luta contra Bolsonaro? Não há uma resposta simples. A defesa da liberdade para Lula divide o Brasil e, evidentemente, é polêmica no seio do povo. Ainda são muito mais numerosos aqueles que, potencialmente, poderão se unir ou apoiar lutas contra Bolsonaro, do que aqueles dispostos a defender o Lula Livre. Mas esse não é um argumento razoável.

Mesmo que a defesa de Lula Livre fosse ultraminoritária, o que não é, porque pelo menos metade da população se posiciona contra a prisão dele, sendo uma causa justa estaríamos comprometidos com ela. Claro que na classe média a defesa de Lula Livre permanece, por enquanto, minoritária. Contudo, ceder às pressões da classe média não pode ser a bússola da esquerda.

Uma esquerda que não tenha coragem de lutar em condições de minoria não poderá nunca vencer.

CENTRO DA TÁTICA

Dessa conclusão não decorre que a campanha Lula Livre deva ser o eixo central da agitação da esquerda. Não pode ser. O centro da tática é a luta de resistência contra o governo Bolsonaro.

Mais grave, todavia, é que uma parcela do povo de esquerda concluiu, equivocadamente, que não é correto defender a liberdade de Lula, mesmo como exigência subordinada à luta central contra Bolsonaro. Equivocadamente, por quê?

Argumenta-se que, se o PT esteve envolvido em corrupção, então Lula não pode ser inocente, pelo lugar que ocupava na direção. É verdade que a direção do PT esteve envolvida em crimes de caixa dois eleitoral. Aliás, admitiram ter sido financiados, ilegalmente. É verdade que alguns líderes do PT foram, pessoalmente, corrompidos. Abocanharam propinas, enriqueceram e confessaram em troca dos benefícios das delações premiadas.

Ainda que tudo seja verdade, nada disso legitima a prisão de Lula. Ele não está preso porque o PT foi financiado, eleitoralmente, pelas empreiteiras, mas por um crime que não cometeu, em função de uma estratégia política que teve como resultado a eleição de Bolsonaro.

A defesa da campanha Lula Livre não diminui o PSOL, ao contrário, o fortalece. Na verdade, é exemplar. Ficará registrada na história, para aqueles que vierem depois de nós, pois o PSOL teve a coragem de ser oposição de esquerda, firme e valente, ao governo do PT, quando Lula era a liderança mais popular e poderosa do país. Mas teve a grandeza de defendê-lo, mesmo mantendo diferenças programáticas irreconciliáveis, quando a classe dominante e seus agentes políticos o escorraçaram e o humilharam na prisão.

A operação política reacionária - que começou com a investigação da Lava Jato, em 2014, passou pelas mobilizações de 2015/16 que abriram o caminho para a derrubada do governo do PT, levou ao poder durante dois anos o arquiocorruputo Michel Temer, e culminou com a prisão de Lula - obedeceu a uma estratégia planejada de luta pelo poder.



Valério Arcary é professor titular do IFSP e doutor em História pela USP. Foi presidente

nacional do PSTU entre 1993/98. É militante do PSOL, membro da Resistência e autor de *O martelo da história*, entre outros livros



A base de Alcântara e a soberania nacional

O acordo para a cessão da base de lançamento de foguetes aos Estados Unidos apresenta pontos obscuros e imposições que ferem a soberania nacional. Para Washington, trata-se de reduzir custos. Para o Brasil, não haverá transferência de tecnologia e nem parcerias nas pesquisas efetuadas. E mais: em determinadas áreas, somente os estadunidenses terão acesso



Por Flávio Rocha de Oliveira, Bruno Venâncio A. Costa, Gabriel Santos Carneiro, João Victor Dalla Pola, Lucas Macchia de Oliveira, Pedro Versolato e Tarcízio Rodrigo de Santana Melo

O governo brasileiro está em vias de alienar um fator estratégico da soberania nacional ao firmar um acordo de concessão da base de Alcântara com o governo dos Estados Unidos. Por qualquer ângulo que se examine, as desvantagens para o nosso país são evidentes.

A localidade no litoral do Maranhão é, talvez, o melhor ponto do planeta para o lançamento de foguetes. Quanto mais próximo da linha do Equador, isto é, quanto menor a latitude, maior é o impulso do movimento de rotação da Terra para a decolagem de tais veículos. Para se ter uma ideia, a velocidade de rotação de superfície da região da principal base de lançamento dos EUA, o cabo Canaveral, Flórida, é de 408 metros por segundo. Em Alcântara, é de 465 m/s. Essa característica possibilita que se lancem cargas mais pesadas com grande economia de combustível. Assim, além de mais eficiente, a base brasileira implica barateamento de custos.

A vantagem buscada por Washington não para por aí. Quando se examina o documento do acordo de Alcântara, fica evidente que a maior limitação imposta pelos EUA é o cerceamento da transferência de tecnologia e recursos. Isso interfere seriamente nas decisões soberanas para o Brasil se desenvolver na área espacial.

COMPENSAÇÃO MONETÁRIA

Em 18 de março de 2019, na visita de Jair Bolsonaro a Washington, os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que regula o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) por parte do governo norte-americano e de empresas daquele país. O Brasil receberá uma compensação monetária por isso. Para entrar em vigor, precisa ser aprovado pelo Congresso.

Há mais propaganda e pressa em aprovar definitivamente a parceria com os EUA do que eficiência ou vantagens comprovadas para o nosso país. Brasília fornece dados de comprovação duvidosa e evita a discussão das implicações de um alinhamento geopolítico e tecnológico com os EUA no setor espacial.

O governo Bolsonaro defende o acordo com argumentação de cunho exclusivamente econômico. Em documento publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, assinado pelo titular Marcos Pontes, o Brasil deixou de arrecadar US\$ 3,9 bilhões nos últimos vinte anos, em razão da não aprovação de um acordo semelhante com os próprios EUA, em 2000. Pontes não indica a origem dos cálculos e nem atenta para o fato de que o total alcança US\$ 195 milhões anuais,

O litoral do Maranhão é, talvez, o melhor ponto do planeta para o lançamento de foguetes. Quanto mais próximo da linha do Equador, isto é, quanto menor a latitude, maior é o impulso do movimento de rotação da Terra para a decolagem de tais veículos. Essa característica possibilita que se lancem cargas mais pesadas com grande economia de combustível

montante quase irrisório diante do valor estratégico da base.

Com a aprovação do AST, ainda segundo o ministro, o Brasil terá a possibilidade de capturar 1% do volume global de negócios relativos à exploração do espaço, propagado por ele em US\$ 1 trilhão ao ano em 2040. Há uma estimativa realizada pelo banco Morgan Stanley que aponta esse valor (<https://www.morganstanley.com/ideas/investing-in-space>). Todavia, na papelada do MCT, nenhuma fonte é citada. Tais ausências são, no mínimo, curiosas num documento que pretende informar o Congresso Nacional sobre um acordo internacional importante.

SEM TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA

Logo no Artigo I do AST, há a declaração de que o objetivo é “evitar o acesso ou a transferência não autorizada de tecnologias não relacionadas ao lançamento”. É possível observar que o acordo serve para garantir que os EUA, como sócio maior, reserve para si o direito de determinar quem e como utilizará a base.

Ao longo do texto, torna-se claro que não haverá o repasse de capacidades científicas e de engenharia para que o Brasil retome a construção dos próprios veículos lançadores de satélites (VLSs). Pior: o acordo impede a transferência de recursos oriundos do aluguel da base para a pesquisa diretamente relacionada à construção de um VLS nacional. Isso é estipulado no Artigo I, que busca “evitar o acesso ou a transferência não autorizada de tecnologias dos Estados Unidos da América”.

O acordo também impede que o Brasil invista os ganhos financeiros oriundos do aluguel da base em “programas de aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação, ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados”.

O AST proíbe que o Brasil negocie futuras parcerias que envolvam o lançamento de foguetes em Alcântara com países que não fazem parte do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR). Esse regime – imposto pelos EUA – veda aos signatários a construção de determinados tipos de foguetes que – pelas dimensões – possam ser convertidos em mísseis balísticos. O documento impõe ao Brasil limitações na busca de parceiros paralelos aos Estados Unidos. A recíproca não

Há mais propaganda e pressa em aprovar definitivamente a parceria com os EUA do que eficiência ou vantagens comprovadas para o nosso país. Brasília fornece dados de comprovação duvidosa e evita a discussão das implicações de um alinhamento geopolítico e tecnológico com os EUA no setor espacial

acontece. Aliados dos EUA podem se beneficiar da base, num claro favorecimento ao sócio mais forte na empreitada.

O acordo também define que não haverá lançamentos de foguetes com carga explosiva em Alcântara, mas há uma inconsistência em relação à proibição do uso militar da base. Isso se dá pelos obstáculos colocados para a inspeção brasileira dos materiais que chegarem de fora. No inciso 1, alínea b, o Artigo define que “as autoridades brasileiras competentes deverão receber do governo dos Estados Unidos da América ou de um licenciado norte-americano a declaração por escrito sobre o conteúdo dos referidos contêineres lacrados. Essas atividades não deverão autorizar exame técnico, documentação (por meio de registro visual ou por outros meios) ou duplicação de qualquer tipo de conteúdo”.

Há mais. É prevista a criação de dois tipos de áreas especiais, as “controladas” e as “restritas”. As primeiras possuem o acesso supervisionado pelos governos brasileiro e norte-americano. Nas “áreas restritas” só será permitido o acesso de pessoal autorizado pelos estrangeiros. Importante ressaltar que não são especificadas que áreas serão essas. Quem fará isso são os estadunidenses. Além das restrições de acesso a determinados setores internos, Washington impõe limites à recuperação de possíveis destroços de equipamentos em caso de acidente fora da base.

DISPUTA DE DUAS DÉCADAS

O acordo de março não é o primeiro feito em torno do uso de Alcântara. Em abril de 2000, o governo Fernando Henrique Cardoso assinou um documento também com os EUA, então sob a administração de Bill Clinton (1993-2001). O contrato era praticamente idêntico ao atual. No ano seguinte, o Congresso brasileiro o rejeitou. Em parecer, o então relator, deputado Waldir Pires (PT-BA), escreveu que “Trata-se, como já demonstramos, de diploma internacional que consubstancia (...) acima de tudo, o desprezo à soberania da nação brasileira”.

Em 2002, foi firmado outro memorando, dessa vez com a Ucrânia, e que viria a criar a Alcântara Cyclone Space. A empresa binacional tinha o objetivo de comercializar e lançar satélites utilizando-se de

GOLDEN CHAIN



tecnologia ucraniana. Estavam presentes restrições semelhantes às colocadas pelos estadunidenses. Todavia, a nova cooperação não vedava ao governo brasileiro a busca de outras parcerias, nem colocava empecilhos quanto ao uso do dinheiro obtido com o aluguel do centro de lançamentos.

Mas as negociações não prosperaram. Além de problemas políticos enfrentados entre Ucrânia e Rússia, pesou na interrupção o acidente em Alcântara com o VLS brasileiro, em 2003, que matou 21 cientistas, engenheiros e outros técnicos. Ali também houve pressão do governo de George W. Bush (2001-2009) para que os ucranianos não transferissem tecnologia para o Brasil. O projeto seria cancelado em 2015 durante o governo de Dilma Rousseff e, entre 2018 e 2019, a empresa binacional foi definitivamente sepultada nos governos Temer e Bolsonaro.

COMPETÊNCIA TÉCNICA

O Brasil tem formado quadros técnicos no setor aeroespacial de reconhecida competência. Com estímulo governamental poderiam desenvolver uma gama de capacidades para mobilizar setores de pesquisa em Universidades e empresas

O acordo também impede que o Brasil invista os ganhos financeiros oriundos do aluguel da base em “programas de aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação, ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados”

e criar sinergias com outros ramos da economia. Vetando o aporte de recursos para o VLS nacional, os EUA impedem o desenvolvimento de qualquer política pública de estímulos a pesquisas espaciais brasileiras.

Existe a possibilidade de que a utilização da base traga, de fato, um aumento nos recursos financeiros para o Brasil. Mas serão divisas esterilizadas, bloqueadas para demandas do setor aeroespacial, ferindo a própria legislação brasileira.

O acordo, na forma atual, atende aos interesses dos EUA e coloca nosso país numa posição subalterna. Fica muito difícil acreditar que seremos um grande *player* global se o governo aceitar as limitações impostas de fora.

Flávio Rocha de Oliveira é professor de Relações Internacionais da UFABC.

Bruno Venâncio A. Costa, Gabriel Santos Carneiro, João Victor Dalla Pola, Lucas Macchia de Oliveira, Pedro Versolato e Tarcízio Rodrigo de Santana Melo são estudantes de Relações Internacionais da UFABC

Amazônia, desmatamento e desnacionalização



Há um grande risco colocado diante da soberania brasileira sobre a Amazônia. O avanço da cobiça estadunidense e dos grandes projetos de mineração e do agronegócio vêm promovendo a ampliação do desmatamento e dos conflitos pela posse da terra numa região detentora de exuberante biodiversidade

**Marinor Brito
André Marinho
Sandra Helena Ribeiro Cruz**

A Amazônia, desde a ocupação portuguesa até à implementação dos grandes projetos de infraestrutura patrocinados pelo Estado, sofre os impactos de ações exógenas e excludentes. Estas não valorizam a diversidade sociocultural das comunidades tradicionais e dos povos da floresta - indígenas, quilombolas, ribeirinhos

e trabalhadores rurais -, pois enxergam a região como fonte de capital natural baseado na incorporação contínua de terras e recursos percebidos como infinitos.

O avanço dos grandes projetos voltados para a produção de commodities provenientes da mineração e do agronegócio, assim como a exploração do potencial de geração de energia da rede hidrográfica vêm promovendo a ampliação do desmatamento e dos conflitos pela posse da terra numa região detentora de exuberante biodiversi-

dade. À medida que aumenta o desmatamento, reduz-se bruscamente a qualidade de vida das populações nativas, que veem a sobrevivência cada vez mais ameaçada.

ECOSSISTEMA COMPLEXO

A Amazônia possui um complexo ecossistema com mais de 7 milhões de km², que se estende por 8 países - Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa e Suriname - e compreende cerca de 40% do território da América



FERNANDO DIEGUES

As riquezas da região despertam a cobiça e a ganância de interesses internos e externos, que se utilizam de diversos mecanismos para garantir a apropriação privada dos recursos hídricos, florestais e do subsolo

do Sul¹, a chamada “Pan-amazônia”. A região apresenta característica fisiográfica marcante, além de imensas reservas naturais, como água doce, minérios, madeira e um potencial hidroelétrico incontestável. Essas riquezas despertam a cobiça e a ganância de interesses internos e externos, que se utilizam de diversos mecanismos para garantir a apropriação privada dos recursos hídricos, florestais e do subsolo².

A região é o lar de 62 das 79 espécies de primatas existentes no Brasil, de cerca de 3 mil espécies de peixes e mais de mil espécies de árvores³. A abundante biodiversidade da região a mantém como uma das poucas áreas ainda preservadas no planeta. Todavia, a Amazônia sofre, cada vez mais, com o avanço do grande capital sobre

a floresta e sobre a população, alterando radicalmente o modo de vida, impondo ao lugar os processos decorrentes da globalização. A Comissão Pró-índio de São Paulo em trabalho realizado nas comunidades quilombolas de Oriximiná no Pará revelaram por meio de exames que os peixes dos corpos hídricos próximos aos locais de mineração, quando encontrados, não pareciam apropriados para o consumo⁴.

4 ANDRADE, L. M.M. Antes a água era cristalina, pura e sadia: percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná - Pará. Com. Pró-índio. São Paulo, 2018.

Dois movimentos internacionais atuam na região. O primeiro é ligado ao sistema financeiro informacional das grandes potências e tende a ter uma linha “conservacionista” em função da manutenção da Amazônia como reserva de capital natural futuro. O outro tem vínculos com movimentos sociais de caráter internacionalista e busca o “desenvolvimento sustentável” da região como forma de uso racional dos potenciais de nossa biodiversidade. Esses dois movimentos se cruzam contraditoriamente na defesa de objetivos convergentes, mas que, na verdade, guardam interesses antagônicos⁵.

POSIÇÃO ESTRATÉGICA

Grande parte da exuberante floresta tropical se encontra no território brasileiro, o que coloca o Brasil em posição estratégica no cone sul e direciona as lentes estadunidenses para o nosso país. Os Estados Unidos mantêm forte vigilância sobre o Brasil - assim como outras nações de importância regional no cenário global - pois a América do Sul está na zona de ação mais próxima.

A abertura da base de Alcântara no Maranhão aos militares norte-americanos pode agravar esse cenário, possibilitando o maior controle dos EUA sobre a Amazônia⁶.

A superação dos problemas relacionados à soberania dos países da Amazônia foi sendo construída a partir do entendimento de que a região não poderia ser tratada de forma isolada e fragmentada. No entanto, as tentativas de se estabelecer uma política voltada para a integração da Amazônia sempre esbarraram nas dificuldades de mobilidade impostas pelas características fisiográficas da região, que limitam a mobilidade entre os países vizinhos.

Diante da grande preocupação com a geopolítica da região, o general Carlos Meira Mattos (1913-2007) defendia, nos anos 1970, a posição de que “para se obter sucesso na ocupação e desenvolvimento da região, é necessário levá-la em conta em sua totalidade, pensando sempre no conjunto das diversas Amazônias nacio-

5 BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garomond, 2006.

6 SILVA, Ronaldo; VLACH, Vânia Rubens Farias. A integração continental Sul-Americana vista de uma Perspectiva da Geopolítica Brasileira. Uberlândia, MG, 2007.

1 TILIO NETO, P. Soberania e ingerência na Amazônia brasileira. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

2 RODRIGUES, Edmilson Brito. Território e Soberania na Globalização - Amazônia, Jardim de Águas Sedento. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013.

3 TILIO NETO, P., 2010.

A Amazônia é o lar de 62 das 79 espécies de primatas existentes no Brasil, de cerca de 3 mil espécies de peixes e mais de mil espécies de árvores. A abundante biodiversidade da região a mantém como umas das poucas áreas ainda preservadas no planeta. Todavia, a Amazônia sofre, cada vez mais, com o avanço do grande capital sobre a floresta e sobre sua população

LEONARDO MILANO/APTB



Acampamento Terra Livre Brasília, 2019

nais”⁷. Nesse sentido, Meira Mattos “sugere o conceito de Pan-amazônia”, no qual o desenvolvimento seria um projeto comum de todos os países⁸.

Esse entendimento tem desdobramento por meio dos encontros diplomáticos que inauguraram uma nova fase das relações entre as nações amazônicas. Essas relações inicialmente se davam de forma bilateral, mas o caráter multilateral foi sendo fortalecido progressivamente. Dentre as iniciativas voltadas para estabelecer a interação entre os países sul-americanos estava o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) que, a partir de 1980, pode ser visto como um marco do sucesso da cooperação e das boas relações entre os países da região⁹.

“No TAC estão firmados os princípios básicos para a cooperação regional, como a concepção de que para se alcançar o inte-

gral desenvolvimento dos respectivos territórios amazônicos é necessário manter o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente” (TILIO NETO, 2010).

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Outra iniciativa importante é o projeto Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que visa à interligação do cone sul das Américas. A meta é a constituição de uma estrutura física que possibilite a intensificação dos fluxos humanos, comerciais e financeiros em função de uma ação contra-hegemônica e de consolidação do Brasil frente aos interesses norte-americanos, sobre tudo na Amazônia¹⁰.

Essas iniciativas pugnavam pelo fortalecimento dos países sul-americanos num bloco que poderia fazer frente aos interes-

7 TILIO NETO, 2010.

8 MATTOS, 1979, e MATTOS, 1980 apud TILIO NETO, 2010.

9 TILIO NETO, 2010.

10 UNASUR/COSIPLAN. Agenda de Projetos Prioritários de Integração. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Suramericana – IIRSA. Novembro/2011.



ses externos, principalmente para o fortalecimento do Mercosul em detrimento da ALCA e do bloco europeu. No entanto, o atual cenário político-conjuntural, regional e mundial, impõe novos desafios, pois a investida cada vez mais contundente dos EUA sobre o território sul-americano vem causando instabilidade e desestruturação política no continente.

Hoje, as tentativas de consolidação da soberania da região passam por um crescente processo de desconstrução das políticas de afirmação dos países latino-americanos sobre os territórios. A ação imperialista dos EUA busca impedir o avanço dos setores progressistas e da esquerda democrática no continente. Segundo o prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel:

“O que está acontecendo no Brasil tem a ver com o projeto de recolonização do continente. Esse projeto tem alguns objetivos estratégicos: o controle dos nossos recursos naturais e, como já disse Michel Temer, a privatização das empresas estatais. Esse é o objetivo do golpe de Estado”.

Esquivel afirmou, ainda, que os procedimentos utilizados em Honduras e no Paraguai - para a derrubada de Manuel Zelaya do poder em 2009 e de Fernando Lugo em 2012 - foram os mesmos. Eles envolvem o uso maciço dos meios de comunicação para alimentar um processo de desgaste por meio de uma série de acusações. Tudo conta com a cumplicidade de alguns juízes, como é o exemplo de Sérgio Moro¹¹.

SUBSERVIÊNCIA EXTERNA

No Brasil, a subserviência do governo Bolsonaro aos interesses norte-americanos se expressa por meio dos constantes ataques as populações originárias e tradicionais. Exemplo disso foi a retirada da demarcação de terras indígenas da competência da Fundação Nacional do Índio (Funai). O novo gestor é o Ministério da Agricultura, historicamente comandado pela bancada ruralista. Esse gesto demarca a posição do atual governo e as verdadeiras intenções para com os povos originários. Com a eliminação dos “entraves” para a ampliação do agronegócio e da mineração e a construção de hidroelétricas na região, potencializa-se exponencialmente um crescente processo de degradação ambiental na Amazônia.

A materialização dessa política se dá por meio da forma descompromissada com que os órgãos licenciadores e de controle vêm agindo na Amazônia, principalmente nas Regiões Oeste, Sul e Sudeste, onde o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) estão liberando novos investimentos sem a garantia do cumprimento dos critérios básicos da legislação ambiental. Esses processos ocorrem para atender aos interesses das multinacionais e do capital, a exemplo da mudança do Código Florestal Brasileiro ocorrida em 2012.

Segundo o World Wide Fund for Nature (WWF Brasil), entre agosto de 2017 e julho de 2018, o sistema Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) registrou um aumento no desmatamento

¹¹ Sul21. Golpe no Brasil é parte de um projeto de recolonização da América Latina', 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2016/05/golpe-no-brasil-e-parte-de-um-projeto-de-recolonizacao-da-america-latina/>

Uma proposta importante é o projeto Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que visa à interligação do cone sul das Américas. A meta é a constituição de uma estrutura física que possibilite a intensificação dos fluxos humanos, comerciais e financeiros em função de uma ação contra-hegemônica e de consolidação do Brasil frente aos interesses norte americanos

No Brasil, a subserviência do governo Bolsonaro aos interesses norte-americanos se expressa por meio dos constantes ataques as populações originárias e tradicionais. Exemplo foi a retirada da demarcação de terras indígenas da competência da Fundação Nacional do Índio (Funai). O novo gestor é o Ministério da Agricultura, historicamente comandado pela bancada ruralista

na região de 13,7% em relação aos 12 meses anteriores, nos quais foram suprimidos 7.900 km² de floresta. Por outro lado, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) conclui que o desmatamento na região aumentou 40% nos últimos 12 meses, e já chegou ao coração da floresta. Trata-se do cinturão verde que atravessa os estados do Acre, norte de Mato Grosso, sul do Amazonas, parte de Rondônia e vai até o oeste do Pará. Nas zonas de sacrifício¹², quanto menor são as condições socioeconômicas das regiões, maior a vulnerabilidade ao avanço do capital, consequentemente, maior a degradação ambiental.

EMPRESAS E POLUENTES

Outros ataques provêm das grandes mineradoras, que não respeitam as populações locais e despejam sobre rios e igarapés da região o rejeito produzido durante a extração do ferro, bauxita e outros minerais. Um dos casos emblemáticos é o das empresas norueguesas Hydro e a Imerys, que há anos despejam seus rejeitos em barragens no município de Barcarena contaminando os recursos hídricos da região e, consequentemente, a população local. O mesmo ocorre em outras áreas onde estão instaladas empresas como a Vale e a Mineração Rio do Norte (MRN) que comprometem a qualidade de vida e colocam em situação de risco a população dessas áreas.

“A Amazônia está diante de mais um perigo: áreas estão sendo vendidas para que empresas explorem petróleo e gás natural”. Quem faz essa denúncia é o Greenpeace, que alerta a espoliação comandada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que está leiloando terras brasileiras para a prospecção de petróleo. Segundo o Greenpeace, existem territórios indígenas cercados e outros sobrepostos a blocos de bolsões de petróleo que estão sendo negociados com multinacionais. As populações locais estarão expostas diretamente aos impactos decorrentes da atividade petrolífera¹³.

12 Designa a localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.

13 Greenpeace. Petróleo na Amazônia, NÃO! Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/participe/petroleo-na-amazonia-nao/>. Acessado em: 29 de abril de 2019.

Como é possível perceber, a Amazônia está sendo ofertada em um grande banquete, no qual poderá ser saboreada e degustada pelo grande capital. O controle velado até o momento, que se exerce por meio da ingerência das grandes corporações sobre o aparelho estatal, assume agora dimensões cada vez mais nefastas.

A disposição do governo brasileiro em consentir a presença das forças armadas dos EUA em nosso território, sob o argumento de “libertar” o povo venezuelano, demonstra a total subserviência de Bolsonaro aos interesses da potência dominante. O risco de o Brasil perder a soberania sobre o território amazônico é real e iminente, pois ela já se processa e se consolida pelos subterrâneos políticos comandados pela agenda do grande capital e agora quer emergir de forma efetiva e letal contra o povo brasileiro.

O povo brasileiro deverá cerrar fileiras junto às lutas de resistência dos movimentos sociais. É preciso organizar e reforçar a solidariedade entre os lutadores sociais em defesa da floresta amazônica e da soberania nacional.



Marinor Brito
é professora de Educação Física e Deputada Estadual no Pará pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



André Marinho
é geógrafo e Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFFPa/PPGEO. Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Pará e militante dos movimentos sociais urbanos.



Sandra Helena Ribeiro Cruz
é Assistente Social, Doutora em Ciência Socioambiental e docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFFPa.

EDUCAÇÃO:

um barco sem rumo ou moinhos de vento como prioridade



O governo Bolsonaro não apresenta projeto algum para a Educação, a não ser uma guerra aberta ao conhecimento, à pesquisa e à reflexão crítica. O combate que faz a isso se dá no profundo corte de verbas que pode inviabilizar universidades públicas e causar uma regressão inédita no terreno da cultura e da soberania

Luiz Araújo

Passados os primeiros meses de gestão e convivendo já com o segundo titular da pasta, muito se fala que o Ministério da Educação é um barco sem rumo. Em termos administrativos, estritamente de gestão, tal argumento pode ter alguma validade. Nenhum planejamento foi realizado e não foram expostas diretrizes consistentes, com exceção de um power point com ideias genéricas por Ricardo Vélez, o breve. Contudo, tais fatos exibem apenas a superfície do problema.

O governo Bolsonaro escolheu algumas áreas em que poderia travar a batalha ideológica contra o “marxismo cultural” e a influência “nefasta” dos comunistas nos costumes, fenômenos que colocariam em risco a integridade da família brasileira. O chefe do Executivo definiu o eixo do discurso, juntamente com a adoção de um sentimento antipolítico e promessas fáceis – porém ineficazes – para se combater a violência. É errado exigir dele um programa econômico para tirar o país de uma das piores crises de sua história, propostas para gerar emprego e renda ou quais-

quer outros desafios reais e prioritários para o cotidiano de milhões de brasileiros.

SEGUNDO MAIOR ORÇAMENTO

O Ministério da Educação representa o segundo maior orçamento da Esplanada e estabelece programas educacionais que chegam até escolas de todos os municípios brasileiros. Ele poderia ter sido importante moeda de troca para compor uma base de sustentação no Congresso. Tanto na escolha de Ricardo Veléz, quanto na substituição por Abraham Weintraub, o que contou na escolha presidencial foi

garantir que o ministro tivesse disposição para travar a guerra ideológica no “espaço do inimigo”, ou seja, que tivesse coragem para enfrentar a esquerda no que julga ser seu próprio terreno.

A guerra ideológica empreendida pelo MEC teve vários capítulos, nenhum deles com efetividade para além da propaganda e para manter o tema em evidência nas redes sociais. A gestão dos dois ministros contempla a tentativa de se obrigar alunos a entoarem cotidianamente o hino nacional até o anúncio de que seriam cortadas verbas dos cursos de sociologia e filosofia, em que pese os absurdos que tais posturas carregam. Se entrássemos nas lógicas dos responsáveis pelo MEC, tais iniciativas seriam inócuas para os propósitos anunciados. Elas não possuem a propriedade de deter qualquer suposta propaganda comunista ou coisa do gênero, mas conseguem manter viva a imagem de que o governo tem a determinação de combater os inimigos que sensibilizam a base social mais ativa.

“FORA PAULO FREIRE”!

É verdade que o presidente declarou apoio ao projeto apresentado por uma deputada do PSL visando retirar o título de patrono da educação concedido a Paulo Freire, mas o dispositivo ainda terá longa tramitação congressual. Caso venha a ser aprovado, isso por si só não diminuirá a curto prazo o prestígio e a importância pedagógica de Freire nos currículos e nas pesquisas educacionais.

Já o estímulo à vigilância e à perseguição de professores em sala de aula, sempre disseminada pelo presidente, têm o poder de empoderar pais e alunos conservadores e intimidar profissionais mais críticos, podendo ter repercussão concreta na forma como determinados assuntos são tratados em aula. Além disso, pode-se criar uma onda de restrição a debates críticos, diminuindo a importância das escolas e universidades como espaço de reflexões amplas e, por vezes, contrárias a este ou aquele governo.

Das propostas destinadas a combater as ideias progressistas, a mais efetiva respaldada pelo MEC, especialmente na gestão de Veléz, é a de incentivar a militarização de escolas públicas. Essa ideia não começou neste governo, mas tem crescido muito após a vitória. Essa sim é uma iniciativa que cria um formato educacional que coí-

O governo escolheu algumas áreas em que poderia travar a batalha ideológica contra o “marxismo cultural” e a influência “nefasta” dos comunistas nos costumes, fenômenos que colocariam em risco a integridade da família brasileira. É errado exigir dele um programa econômico para tirar o país de uma das piores crises da história

be a livre manifestação da comunidade, afora os problemas pedagógicos inerentes a esse processo. Mesmo que no atual momento o MEC pouco ou nada tenha de destinação de recursos para apoiar o ente federado a ser conquistado para a proposta, essa linha é eficaz no combate ao inimigo real do conservadorismo: atacar o livre pensar e a liberdade de organização.

Mas, e para além de combater moínhos de vento da ideologia marxista, o que esperar do MEC no governo Bolsonaro? Apesar da instabilidade dos primeiros meses (dois ministros, várias trocas de chefias e guerra entre militares e olavistas) podemos afirmar que alguns indícios já se apresentam e devem estar presentes nos debates dos setores que defendem a educação pública em nosso país.

AUSTERIDADE FISCAL E MENTAL

O primeiro indício é de que, ao contrário da experiência de outros governos, inclusive conservadores, temos um Ministério afinado com a política de austeridade fiscal, ou seja, não há resistência, mesmo que simbólica, do órgão diante de sucessivas restrições orçamentárias. A postura diante de dois cortes violentos (R\$ 5,8 bilhões e R\$ 1,7 bilhão) é singular. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia que gerencia os principais programas para a educação básica, de alta sensibilidade na relação com governadores e prefeitos, sofreu corte de 47% e nenhum comentário foi ouvido por parte do comando do MEC, para ficar apenas em um exemplo.

O segundo indício é de que podemos estar vivenciando a famosa junção do útil com o agradável: um ministro que enxerga nas universidades um antro de comunistas apresenta como solução do “problema” cortes cruéis na manutenção dessas instituições. Desde que a crise econômica se agravou e especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional 95 – definidora do teto de gastos por vinte anos -, o custeio e os investimentos das universidades e dos institutos federais sofrem reduções ano a ano, tanto na peça orçamentária quanto na execução efetiva. Isso tem aumentado a precariedade dos serviços de manutenção e prejudicando atividades de pesquisa e extensão. Neste ano, com a complacência do comando do

órgão, o MEC tem “colaborado” de forma generosa com a aplicação dos cortes.

LOBBY PRIVATISTA

O terceiro indício, pouco explorado até o momento nos discursos e nas matérias sobre o que acontece no MEC, é o velho e azeitado lobby privatista. Este encontrou um terreno fértil para proliferar com mais desenvoltura. Não é coincidência que, no meio da crise administrativa que marcou os 100 dias de Veléz Rodrigues no comando do Ministério, foi feito um “mutirão” para agilizar 120 processos de credenciamento de novas instituições universitárias privadas, procedimento que dá mais liberdade para que essas instituições estabeleçam a quantidade de vagas a serem ofertadas, por exemplo.

Mesmo que a privatização não apareça como uma proposta de governo na área educacional, a postura concordante com a precarização das instituições federais e a liberdade dada ao lobby das corporações contribuem com um processo de fortalecimento do setor privado e enfraquecimento da série histórica dos governos Lula e Dilma que, mesmo turbinando financiamento e programas para o setor privado, haviam retomado algum crescimento na oferta pública.

O quarto indício, mas não menos importante, é que, afora a guerra ideológica, não existe um plano educacional consistente nem para a educação básica e nem para o ensino superior. O Plano Nacional de Educação não é referência de trabalho para o governo. O diálogo com os gestores estaduais, municipais ou com reitores não faz parte da cartilha de trabalho. Restam sobre a mesa propostas isoladas e factoides deliberadas para se manter a base social conservadora concordante com um Ministério pronto a defender os costumes tradicionais de imaginários ataques desagregadores da família.

DESMONTE GERAL

O cenário mais provável é que os quatro anos de mandato de Bolsonaro representem um contínuo desmonte das frágeis bases educacionais erigidas em governos anteriores, que as universidades e institutos vivam crises periódicas de manutenção, provocando soluções heterodoxas e privatistas para manter serviços funcionando e uma guerra permanente e



Ao contrário da experiência de outros governos, inclusive conservadores, temos um Ministério afinado com a política de austeridade fiscal. Não há resistência, mesmo que simbólica, do órgão diante de sucessivas restrições orçamentárias

recorrente contra as diferenças políticas e ideológicas. Haverá tentativas pouco federativas de intervir no cotidiano das escolas de educação básica, 99% administradas por estados e municípios e ataques à liberdade de cátedra nas universidades. Isso poderá ocorrer por meio de cortes de recursos para pesquisas críticas, por ações de intimidação na esfera administrativa.

E, de forma interligada e como consequência do sucateamento dos programas e das instituições públicas, o setor privado poderá apresentar mais protagonismo na oferta educacional, o que pressionará o governo a elevar gastos com subsídios de toda ordem. Isso porque, com a crise, não existe espaço no orçamento das famílias brasileiras para custear diretamente o acesso ao ensino superior.

REPERCUSSÕES E MOBILIZAÇÕES

Contudo, sempre há uma pedra no meio do caminho, mesmo com governos autoritários. A retomada de mobilizações estudantis, a repercussão negativa que os recentes cortes orçamentários tiveram na sociedade, as mobilizações de docentes e dos demais servidores contra a reforma da Previdência e o acúmulo histórico de lutas por melhoria da educação podem impedir que o caos se estabeleça e podem, inclusive, encurtar a permanência do atual ministro.

Se há um fator determinante para qualquer desfecho de crise é a presença do povo. Essa entidade esquecida nos cálculos de governos e desprezada pelas elites, mas que insiste em lutar contra a opressão. São mulheres negras periféricas que viram os filhos ingressarem na Universidade, muitos sendo os primeiros da família. São estudantes que vivenciaram um período de participação social e não aceitam recuos. São brasileiras e brasileiros que teimam em não perder direitos conquistados com muita luta. Essas atrizes e esses atores sempre fazem a diferença.



Luiz Araújo é professor da UnB e doutor em Educação. Foi presidente do PSOL de 2013 a 2017.

Atualmente é coordenador político da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados.



Dois barbudos e um velho tarado

Linchamento público, Google Trends e os novos leitores de Karl Marx, Paulo Freire e Olavo de Carvalho

Fernando Cássio

O exercício especulativo que gerou este texto começou na noite do dia 4 de maio de 2019, em um evento na Fundação Lauro Campos e Marielle Franco: o aniversário de 201 anos de Karl Marx – comemorado, na verdade, no dia seguinte. A editora Boitempo, organizadora da atividade, contou um número acima de duas mil pessoas na festa, ainda maior do que na comemoração dos 200 anos. Na efeméride do bicentenário, disseram-me, o bolo que sobrou serviu de lanche na editora durante alguns dias. O bolo dos 201 anos era um pouco menor. Mas sobrou gente e faltou bolo.

Havia pessoas sentadas no chão entre as cadeiras da área externa, dentro da Fundação, na rua, por toda parte. No começo da noite, já não era possível comprar na

banca da editora títulos tão específicos quanto *Ideologia e propaganda na educação*, trabalho de Nurit Peled-Elhanan sobre as representações da Palestina nos livros didáticos israelenses.

ENORME PÚBLICO

Alguns disseram que o enorme público do ducentésimo primeiro aniversário de Marx tinha a ver com a presença de um grupo de *youtubers* de esquerda: Sabrina Fernandes (Tese Onze), Larissa Coutinho (*Revolushow*), Humberto Matos (Saia da Matrix) e Jones Manoel. É provável que sim, mas também é verdade que a própria existência desses canais no YouTube – feitos por gente jovem e leitora de Marx – sinaliza a vitalidade das ideias do mouro. Recorro ao *Google Trends* para buscar indícios da vitalidade de Marx para além da

observação empírica singular de uma festa de aniversário lotada. Restringindo o período de consulta a 1º de janeiro de 2016, quando a *Google* refinou a metodologia de contagem de buscas, vemos um padrão oscilante na *Figura 1*.

O pico mais alto dessa série de medições¹ se dá na semana seguinte ao bicentenário de Marx (6-12 mai. 2018), o que não significa muita coisa, já que muitos picos chegam perto de 100. No mais, observa-se

¹ A *Google* não divulga a frequência das buscas em valores absolutos, mas numa escala relativa que varia de 0 a 100 (eixo vertical dos gráficos). O que se sabe, portanto, é que a maior frequência de buscas num determinado período é representada por um pico em 100, maior que todos os demais. Embora não seja possível saber o número exato de pessoas que pesquisou determinado assunto no *Google* naquele período, a escala relativa nos permite comparar padrões de busca de diversos assuntos.

um padrão de oscilação semelhante ao das buscas por termos como “Max Weber” ou “Platão”. Nos meses de dezembro-janeiro e julho – períodos de férias nas universidades e escolas – a frequência de buscas no *Google* diminui.

A estatística da busca por imagens revela, além de um pico na semana do bicentário do mouro (escala 100), outro na semana de 7-13 de outubro de 2018 (escala 93), imediatamente após o primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil. É provável que a fábula do “marxismo cultural”, insuflada pela malta reacionária que circunda o presidente eleito, tenha gerado nas pessoas a curiosidade de conhecer o rosto daquele barbudo alemão do século XIX com ideias tão más. De toda forma, o padrão de oscilação das buscas gerais – em fase com recessos acadêmicos e férias escolares – indica que Marx é tão lido quanto sempre foi nas salas de aula do Brasil. Ou, se não é propriamente lido, é tão buscado quanto sempre foi nos períodos letivos das escolas e universidades. Tudo leva a crer que é esse padrão de oscilação que caracteriza a estabilidade de um autor como leitura em cursos de formação e popularidade a longo prazo.

IDEIAS APEDREJADAS

Outro pensador cujas ideias têm sido apedrejadas em praça pública pela direita brasileira é Paulo Freire. Assim como a festa de arromba na Fundação Lauro Campos e Marielle Franco me deu a impressão de que Marx está mais vivo do que nunca – ou, no mínimo, tão vivo quanto nunca – diversas situações têm me mostrado que algo semelhante deve se passar com Freire.

Tanto na Universidade Federal do ABC, onde trabalho, quanto em outras instituições de ensino superior, vejo colegas incorporando ideias freireanas em trabalhos de pesquisa. Colegas que até então passavam longe dos textos e livros do educador. Disciplinas optativas sobre a obra de Freire pipocam em cursos de graduação e pós-graduação Brasil afora, bem como projetos de extensão voltados à formação continuada de professores da educação básica focalizados nas obras de Freire. Alunos da graduação têm demandado leituras do educador em disciplinas nas quais ele nunca fora lido. Também na educação básica, tenho ouvido de colegas professores que estudantes do Ensino Médio perguntam

É provável que a fábula do “marxismo cultural”, insuflada pela malta reacionária que circunda o presidente eleito, tenha gerado nas pessoas a curiosidade de conhecer o rosto daquele barbudo alemão do século XIX com ideias tão más. De toda forma, o padrão de oscilação das buscas gerais no Google indica que Marx é tão lido quanto sempre foi nas salas de aula do Brasil

cada vez mais quem foi Paulo Freire e por que razão as ideias dele são tão perigosas.

As tendências de busca por “Paulo Freire” no *Google* também exibem um padrão de oscilação, embora menos definido que o padrão de buscas por “Karl Marx”. Os maiores picos de interesse aparecem em

1-7 mai. 2016, quando repercutiram no Brasil levantamentos que apontavam Freire como um dos pensadores mais citados no mundo; entre outubro e dezembro de 2017, quando uma militante de extrema direita conseguiu reunir 20 mil assinaturas em torno de uma proposição legislativa para revogar a outorga do título de “Patrono da Educação Brasileira” a Freire (a proposição foi rejeitada no final de 2017); nas semanas de 14-20 out. 2018 e 4-10 nov. 2018, durante o período eleitoral; e a partir de abril de 2019, com tendência ascendente no mês de maio corrente (*Figura 2*).

Nas buscas por imagens de Paulo Freire, um pico se destaca na semana de 14-20 out. 2018, indiciando o súbito aumento da vontade de ver o rosto desse outro barbudo, um brasileiro do século XX com ideias perniciosas sobre a educação e as escolas. É assim, aliás, que alguns apoiadores do movimento reacionário “Escola Sem Partido”, que prega a censura e a intimidação de professores nas escolas, definem Freire: um homem de “ideias perniciosas”.

POUCO LIDO

Embora a ultradireita diga o contrário, e embora a relevância internacional da obra de Freire seja enorme, ele é relativamente pouco lido nas universidades brasileiras, certamente menos do que Marx. De fato, apesar do padrão de buscas do *Google* em fase com os recessos acadêmicos, Paulo Freire sempre foi menos buscado do que Marx. Isso talvez se explique pelo maior alcance das ideias marxianas nas humanidades – história, sociologia, economia, política – do que as freireanas, provavelmente mais restritas aos estudos da educação e áreas correlatas. Estou, obviamente, chutando uma interpretação. A partir de meados de 2018, entretanto, isso parece ter começado a mudar, e o padrão de buscas de Freire e Marx começa a coincidir não apenas na forma oscilante, mas também na frequência das pesquisas (a altura dos picos, *Figura 3*).

Comparemos agora os padrões de busca para Freire, Marx e um terceiro “pensador”: Olavo de Carvalho. Considerando-se apenas a popularidade instantânea dos autores (a altura dos picos no tempo recente), Carvalho é hoje mais buscado no *Google* Brasil do que Freire e Marx. Mas o padrão das buscas, ao contrário de Marx, Weber, Platão – e agora Freire – não osci-

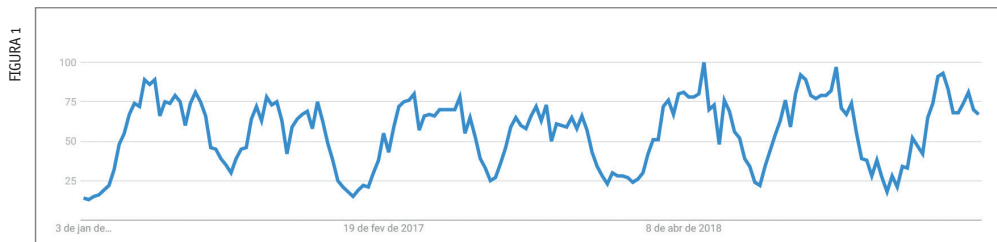


Figura 1 Buscas gerais no Google por “Karl Marx”. Brasil, 01 jan. 2016 – 19 mai. 2019. Os “vales” do gráfico coincidem com as férias escolares e recessos acadêmicos. Fonte: Google Trends.



Figura 2 Buscas gerais no Google por “Paulo Freire”. Brasil, 01 jan. 2016 – 19 mai. 2019. Os “vales” do gráfico coincidem com as férias escolares e recessos acadêmicos, e os “picos” coincidem com períodos de alta exposição do educador na imprensa. Fonte: Google Trends.

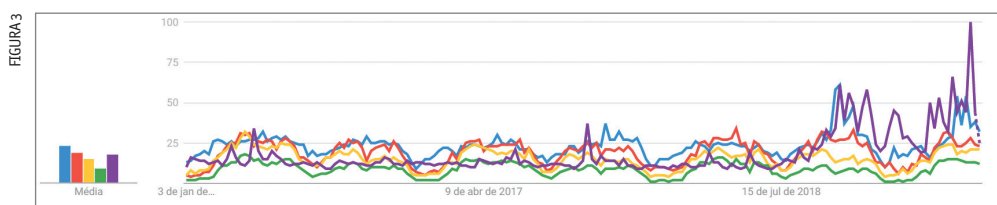


Figura 3 Buscas gerais no Google por “Karl Marx” (vermelho), “Paulo Freire” (azul), “Max Weber” (verde), “Platão” (amarelo) e “Olavo de Carvalho” (roxo). Brasil, 01 jan. 2016 – 19 mai. 2019. A partir de meados de 2018, a frequência de buscas por Freire alcança a de Marx. Fonte: Google Trends.

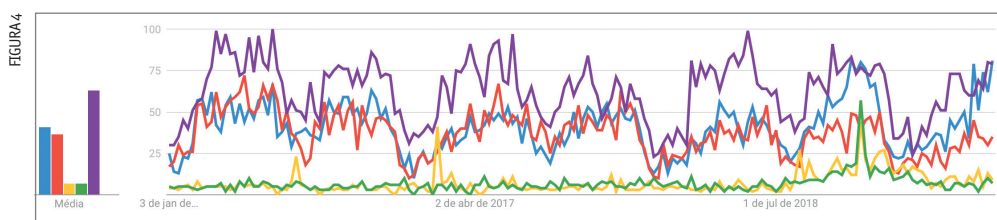


Figura 4 Buscas gerais no Google pelos livros *Pedagogia do oprimido* (azul) e *Pedagogia da autonomia* (vermelho), de Paulo Freire; *O imbecil coletivo* (amarelo) e *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (verde), de Olavo de Carvalho; e *O Capital* (roxo), de Karl Marx. Brasil, 01 jan. 2016 – 19 mai. 2019. Fonte: Google Trends.

la em fase com recessos universitários e férias escolares. Para avaliar que tipo de popularidade é essa, podemos comparar, em vez das buscas diretas pelos nomes dos autores, as buscas por seus livros mais famosos (Figura 4).

Aqui se vê, finalmente, que as buscas no Google por Paulo Freire têm não apenas seguido o padrão oscilante que caracteriza autores cuja obra é lida regularmente (como Marx), mas que a popularidade do educador – a partir das buscas dos livros dele – está definitivamente aumentando.

Os livros de Carvalho, por seu turno, suscitaram um interesse maior no segundo semestre de 2018, mas as buscas já parecem retornar à linha base, em comparação com o padrão de oscilação estável de buscas dos livros de Freire e Marx, a popularidade a longo prazo. Além do interesse recente nos escritos de Carvalho, observou-se um pico de interesse na semana de 5-11 fev. de 2017, quando se anunciou na imprensa a reedição do livro *O imbecil coletivo* pela editora Record. Embora o aumento da popularidade de Paulo Freire tenha sido alavancado pela mesma exposição midiática que alavancou a de Olavo de Carvalho, os efeitos disso a longo prazo parecem ser diferentes para um e outro.

OLAVO A JATO

Entre as consultas relacionadas ao termo “Olavo de Carvalho”, informa o Google Trends, estão termos como “olavo [de



Outro pensador cujas ideias têm sido apedrejadas em praça pública pela direita brasileira é Paulo Freire. Tanto na Universidade Federal do ABC, onde trabalho, quanto em outras instituições de ensino superior, vejo colegas incorporando ideias freireanas em trabalhos de pesquisa. Também na educação básica, tenho ouvido de colegas professores que estudantes do Ensino Médio perguntam cada vez mais quem foi Paulo Freire e por que razão as ideias dele são tão perigosas

carvalho] terra plana”, “ministro da educação”, “brasil paralelo”, “olavo de carvalho donald trump”. Já entre as consultas relacionadas ao termo “Paulo Freire”, encontramos “paulo freire bolsonaro”, “escola sem partido”, “ideologia [de] paulo freire”. Entre os assuntos relacionados a “Paulo Freire”, estão “Escola sem Partido”, “Comunismo”, “Ideologia” e... “Olavo de Carvalho”. É sabido que tanto aqueles que atacam Paulo Freire quanto os que atacam Olavo de Carvalho estimulam o engajamento virtual e o aumento do interesse por conhecer (e eventualmente ler) ambos os autores. Porém, o efeito dessa curiosidade se manifesta de formas diferentes – pelo menos segundo o que se vê nas tendências do *Google*: Freire (e seus livros) exibem um padrão de buscas semelhante ao de Marx, enquanto Carvalho suscita uma explosão de buscas sazonais, mas, ao que tudo indica, evanescente.

O que é fascismo? Essa foi a pergunta mais feita nos campos de busca do *Google* em 2018 no Brasil (categoria “o que é?”). Entre as buscas gerais, o assunto “copa do mundo” dominou os campos de pesquisa. Não há muito para ler sobre a metodologia de coleta e de cálculo do *Google Trends*, mas uma profusão de textos de vários países tenta cotejar as tendências de busca do *Google* com este ou aquele acontecimento, com esta ou aquela conjuntura política. Ainda que uma análise baseada nessa ferramenta seja necessariamente limitada, tenho a impressão de que ela corrobora o aumento do interesse das pessoas pela obra de Paulo Freire que tenho observado em minha vida *offline*.

ADORAÇÃO E ACHINCALHE

Os adoradores de Olavo de Carvalho são os mesmos que cotidianamente achincalham as ideias de Marx e Freire, e que apesar disso continuam atraindo leitores e formando pessoas no Brasil. Dois barbudos que já foram intelectualmente desafiados incontáveis vezes ao longo do tempo, mas que continuam tendo algo a dizer sobre o mundo.

A primeira conclusão a que chego é que, do ponto de vista da popularidade e do engajamento, Freire está sendo mais ajudado pela direita do que Olavo de Carvalho pela esquerda, ao passo que Marx parece intocado. Enquanto Freire é cada vez mais lido (e não apenas nas instituições


Embora a ultradireita diga o contrário, e embora a relevância internacional da obra de Freire seja enorme, ele é relativamente pouco lido nas universidades brasileiras, certamente menos do que Marx

educacionais), Carvalho é cada vez mais tratado como um velho tarado, produtor de escatologias – inclusive por setores da direita e do reacionarismo militar. Daí adém a segunda conclusão: algumas ideias são definitivamente mais arrojadas do que outras, e não há nada que os linchadores de Paulo Freire e Karl Marx possam fazer a respeito. Além, é claro, de parar de falar mal de livros e autores que não leram. Ou de os lerem de uma vez por todas.



Fernando Cássio
é professor
de Políticas
Educacionais da
Universidade

Federal do ABC. Em 2019, organizou o livro Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar, publicado pela Boitempo.



**O programa econômico de
Bolsonaro e Guedes é um
grande salto para a**

**RE
CES
SÃO**

Pedro Paulo Zahluth Bastos

Alguém se lembra da promessa dos economistas do mercado financeiro e da maioria do jornalismo econômico de que a PEC do Teto animaria a confiança empresarial e estimularia a retomada do crescimento econômico? A aversão ao Estado, aos direitos sociais, aos

impostos e a salários decentes por parte de muitos empresários e da maioria dos gestores financeiros inviabiliza a admissão de que ainda dependemos do gasto público. Não há solução para a recuperação econômica sem a revogação do teto de gastos, sem distribuição de renda e direitos e sem animar a demanda e o emprego

Não é novidade que o governo de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes quer executar um programa radical de redução de direitos sociais e trabalhistas (e quem sabe até políticos). A outra face é a busca de “economicizar” tudo. Não se quer apenas a privatização do patrimônio público como a Eletrobras, o Banco do Brasil e, talvez, a Petrobras, mas algo bem mais radical: impor critérios de rentabilidade privada e

desfinanciar de recursos públicos as diferentes instituições que garantem “reprodução social” do capitalismo:

1) A família e o trabalho na reprodução de crianças e idosos, assim como do próprio trabalhador(a), com a reforma da Previdência e a nova rodada da Reforma Trabalhista.

2) A escola e, em particular, a universidade, com a seca de recursos, a cobrança de mensalidades e a regulamentação leniente do ensino a distância.

3) O próprio acesso ao aparato judicial (como um custo privado, contribuindo para esvaziar formal e substantivamente a noção de justiça social), bem como o meio-ambiente, a saúde, o esporte e a produção cultural.

A Emenda Constitucional (EC) do Teto do Gasto Público, como eu e vários economistas afirmam desde sua proposição em 2016, é o instrumento jurídico para forçar este programa. Ao colocar as diferentes demandas por recursos públicos em concorrência, ela pretende forçar novos cortes e “desconstitucionalizar” direitos. Sem a reforma da previdência, juram os economistas, não há recursos para a universidade. Logo, aconselham que se mercantilize um serviço para não mercantilizar (a curto prazo) o outro.

A FADA DA CONFIANÇA

Alguém se lembra da promessa dos economistas do mercado financeiro e da imensa maioria do jornalismo econômico de que a EC do Teto animaria a confiança empresarial a ponto de estimular o investimento e a retomada do crescimento econômico?

Não foi a primeira vez: a mesma promessa surgiu quando Joaquim Levy foi nomeado no final de 2014. Como sabemos, ao invés do crescimento esperado pelo mercado em 0,8%, tivemos uma recessão de 3,8%¹.

A confiança empresarial e do mercado financeiro subiu de novo no *impeachment* de Dilma Rousseff e na aprovação da Reforma Trabalhista, depois da EC do Teto. A cada ocasião, os defensores nos diziam que o choque de confiança ia tirar a economia

do fundo do poço pelos próprios cabelos.

É curioso que Paulo Guedes tenha admitido que a economia está no fundo do poço. Onde foi parar o choque de confiança?

PREVISÕES IRREAIS

Poucos lembram também que, no final de 2017, a previsão dos economistas do mercado financeiro era que a economia

A confiança empresarial e do mercado financeiro subiu no impeachment de Dilma Rousseff e na aprovação da Reforma Trabalhista, depois da EC do Teto. A cada ocasião, os defensores nos diziam que o choque de confiança ia tirar a economia do fundo do poço pelos próprios cabelos. É curioso que Paulo Guedes tenha admitido que a economia está no fundo do poço. Onde foi parar o choque de confiança?

creceria 3% em 2018. A desculpa para mais um erro de previsão foi a greve dos caminhoneiros, como se ela, em si, não fosse uma reação ao próprio programa do mercado financeiro para valorizar as ações da Petrobras com repasse automático das variações especulativas do preço internacional do petróleo.

No final de 2018, a previsão do mercado para o crescimento do PIB em 2019 era novamente de 3%. A bolsa bombou depois que Jair Bolsonaro chegou perto de levar a eleição no primeiro turno. Enquanto isso, a confiança do empresário industrial subiu 20% entre outubro e novembro de 2018.

O que prometia Bolsonaro? Respeitar a EC do Teto do Gasto e até mesmo cortar o gasto público ainda mais do que a lei exige para financiar a diminuição de tributos para empresas e cidadãos de alta renda. Reduzir ainda mais direitos trabalhistas e salários com a chamada Carteira Verde-Amarela. Mudar a Previdência para, de novo, cortar o gasto público com aposentados e (quem diria?) aumentar impostos (ou melhor, a “contribuição previdenciária” dos cidadãos).

Ao invés do milagre do crescimento, o fundo do poço parece chegar de novo. Se excluirmos a hipótese que os economistas do mercado financeiro aparentemente se equivocam de propósito, por que eles errariam sistematicamente as previsões de crescimento?

BASE TEÓRICA ORTODOXA

A explicação mais benigna para tais falhas é a pobreza da formação teórica. A maioria deles é educada em faculdades (brasileiras e estadunidenses) de base teórica neoclássica.

A escola neoclássica se desenvolveu a partir da década de 1870 em reação ao realce conferido pela economia política clássica (Adam Smith e David Ricardo) e por Karl Marx nas classes sociais e no trabalho como fonte de valor, assim como na ênfase marxista no desequilíbrio e nas crises do capitalismo.

A ortodoxia neoclássica parte do axioma (não-empírico) de indivíduos racionais e autointeressados que agem de acordo com preferências e dotações de recursos que precedem a interação social. Por meio da livre concorrência e mobilidade entre setores, o movimento flexível dos preços asseguraria que as interações livres entre

1 Sobre isso, ver Bastos, P.P.Z, A Carta ao povo brasileiro, de Dilma Rousseff. São Paulo: Revista Política Social e Desenvolvimento, n. 13, p. 5-13, 2015 [http://bit.ly/2M4s2vC]; e Belluzzo, L.G. & Bastos, P.P.Z (orgs.) Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior, 2015 [http://bit.ly/2M5c70c].

indivíduos (e países) levariam a um equilíbrio estável e maximizador, satisfatório para todos.

A grande anomalia empírica da escola neoclássica resulta da hipótese teórica que o capitalismo não tem problemas de demanda que evitem o pleno emprego dos recursos existentes. Diante da anomalia, a explicação neoclássica é que, se crises ocorrerem, resultariam de alguma interferência exógena no funcionamento da economia de mercado e do sistema de pre-

Poucos lembram, também, que no final de 2017 a previsão dos economistas do mercado financeiro era que a economia cresceria 3% em 2018. A desculpa para mais um erro de previsão foi a greve dos caminhoneiros, como se ela, em si, não fosse uma reação ao próprio programa do mercado financeiro para valorizar as ações da Petrobras com repasse automático das variações especulativas do preço internacional do petróleo

ços flexíveis. Ao longo da história, a culpa passou por burocratas aliados a empresários que capturam Estados mercantilistas para se proteger da livre concorrência, por sindicatos ou pelo Estado populista que cede aos clamores irresponsáveis de seus eleitores. Não por problemas de demanda.

KEYNES RECUPERA MARX

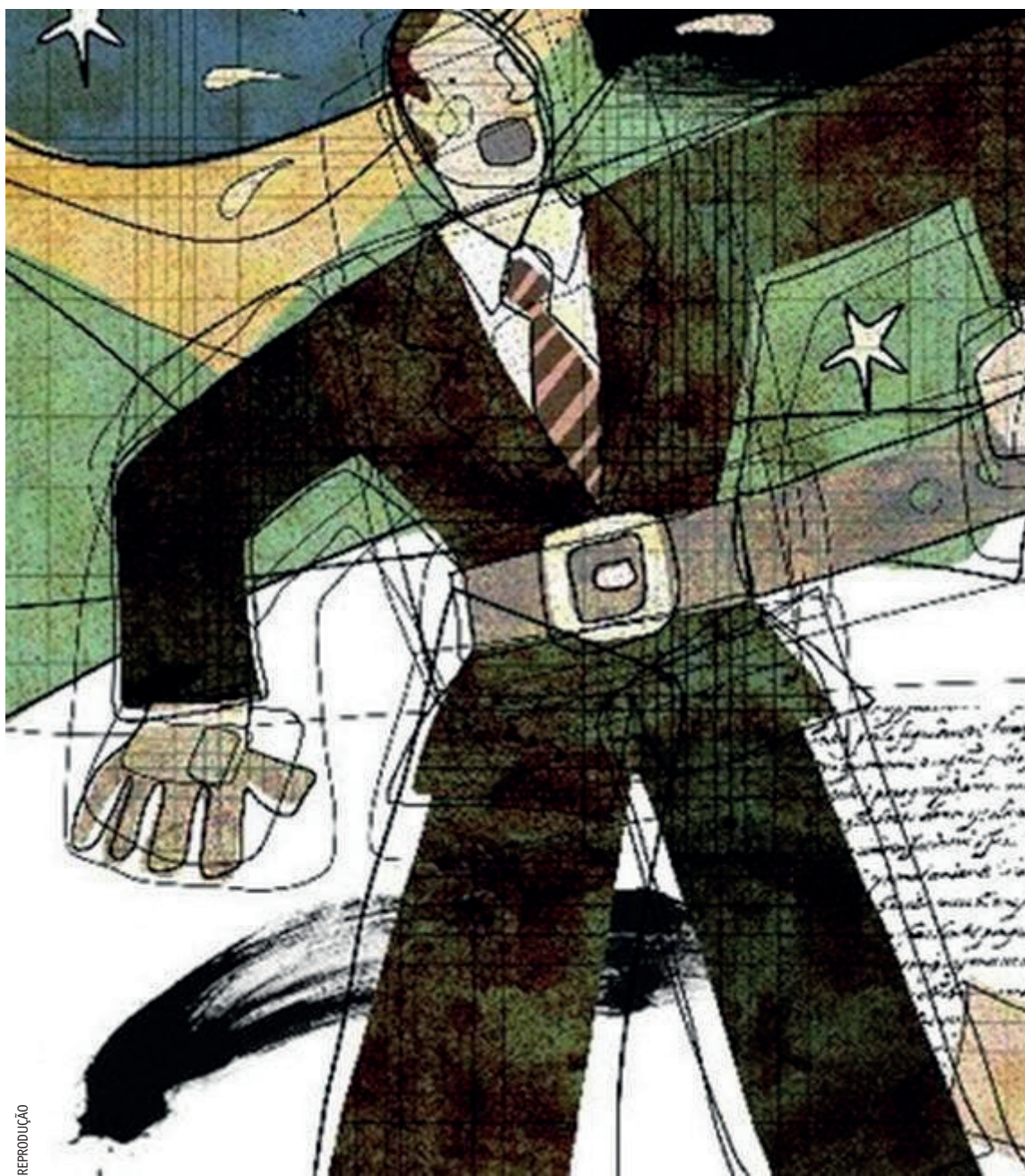
Depois da Grande Depressão da década de 1930, o ataque teórico de John Maynard Keynes recuperou aspectos da crítica de Marx aos clássicos, direcionados agora aos neoclássicos. Na caracterização de desacelerações e crises, Marx enfatizou a falta de demanda e de expectativas de lucros para animar investimentos, mesmo que tenha sido provocada pela geração de capacidade ociosa e desemprego tecnológico em razão do superinvestimento prévio. Nos esboços preparatórios do clássico *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), Keynes citou a distinção entre os circuitos do consumidor privado e do

capitalista feita por Marx para enfatizar a possibilidade de crises periódicas. Essa passagem acabou omitida da versão final.²

Keynes alegou que a mera disponibilidade de recursos não assegurava que fossem usados ao máximo, pois os capitalistas investiriam caso houvesse expectativas favoráveis de demanda efetiva para ocupar a capacidade ociosa. Se prevalecer a convenção que a capacidade ociosa não será ocupada, os empresários podem destinar recursos para o pagamento de dívidas ou para a constituição de reservas monetárias ou ativos financeiros.

O que é racional para o indivíduo, contudo, é ruim para a classe: no agregado, a queda do gasto significa queda de recei-

² Para mais detalhes, ver Bastos, P.P.Z., *Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o Brasil contemporâneo*. Revista Ciências do Trabalho, São Paulo, n. 7, p. 51-107, 2017 [http://bit.ly/2M5Qrku]; e Bastos, P. P. Z.; Belluzzo, L. G. Uma crítica aos pressupostos do ajuste econômico. Folha de S. Paulo, 09/10/2016 [http://bit.ly/2M1HFnl].



REPRODUÇÃO

tas, o que pode tornar ainda mais difícil pagar dívidas e induzir a novas contrações dos gastos e das receitas.

O SISTEMA NÃO SE REGULA SOZINHO

O recado de Keynes é que o sistema não tem a capacidade de se autorregular. Sem que o governo diminua a poupança e incorra em déficits quando os empresários resolvem poupar coletivamente, a busca de poupança individual será frustrada pela queda da renda agregada. Sem que bancos centrais reduzam juros, ofereçam créditos que os bancos não conseguem contratar no interbancário e até comprem ativos quando os bancos os liquidam, a desaceleração cíclica e o esgotamento da bolha financeira resultariam em falências bancárias e em uma montanha de dívidas impagáveis. Finalmente, políticas de renda e sociais deveriam inibir a desigualdade, tanto por motivos políticos (o medo da opção socialista) quanto econômicos: a maior propensão a consumir dos traba-

lhadores (em relação aos ricos) ampliaria o multiplicador do gasto autônomo e contribuiria para um nível adequado de demanda para os investimentos.

Ao contrário de Marx, Keynes propunha uma “socialização do investimento” dentro do capitalismo, o que se mostrou muito mais factível nas circunstâncias políticas e geopolíticas excepcionais durante a Guerra Fria do que depois.

Desde a década de 1980, o ataque capitalista às instituições do Estado de Bem-Estar Social e do Estado Desenvolvimentista assumiu ares de um movimento social que integrou parte dos trabalhadores, particularmente das camadas médias brancas: o neoliberalismo. Em geral, como no Brasil contemporâneo, tais camadas queriam o neoliberalismo contra os mais pobres e mais negros, não contra si mesmas.

Da frustração das promessas se buscam hoje novos líderes à direita (Trump, Le Pen, Alternativa para a Alemanha - AfD) e à esquerda (Sanders, Corbyn, Podemos

etc), mas é cedo para dizer que o neoliberalismo global está em crise terminal.

No plano acadêmico, as tradições neoliberais (austriacas como na Europa continental ou neoclássicas como no mundo anglo-saxão e na América Latina) serviram para legitimar o ataque contra as instituições de regulação do capitalismo construídas no pós-guerra. A revolução das expectativas racionais, liderada por Lucas, Barro e Sargent, levou ao extremo a confiança na mecânica dos mercados livres.

Para os autores novo-clássicos, como os agentes racionais sabem que o aumento do gasto público levará à elevação futura de impostos, anulam completamente a política fiscal com cortes compensatórios dos gastos privados, para economizar recursos para o pagamento futuro de impostos. A melhor política contracíclica seria, portanto, cortar o gasto público, o que levaria os agentes a aumentar o gasto privado desde logo!

“AUSTERIDADE EXPANSIONISTA”

A crença teórica é que se o governo cortar gastos (e impuser maior “contribuição



Keynes alegou que a mera disponibilidade de recursos não assegurava que fossem usados ao máximo, pois os capitalistas só investiriam caso houvesse expectativas favoráveis de demanda efetiva para ocupar a capacidade ociosa



previdenciária”, como no Brasil), a contração da demanda, das vendas e do emprego provocada pelos cortes vai ser mais do que compensada pelo investimento privado animado pelo aumento da confiança empresarial. Ou seja, a austeridade seria expansionista porque o efeito positivo da confiança no investimento empresarial superaria o efeito negativo da queda da demanda pública.

Por isso, dizem os austeros, Keynes estaria errado: ao invés de reagir a desaceleração do gasto privado com ação contracíclica que recupere a demanda, o governo deveria cortar os gastos pró-ciclicamente. Como os cortes tentam conter o déficit fiscal gerado pela desaceleração da arrecadação tributária, o choque de confiança faria os empresários criarem (com o próprio investimento) a demanda perdida que os fizera gastar menos de início.

A doutrina da “austeridade expansionista” ativada pela “fada da confiança” já foi demolida na academia e na prática algumas vezes, inclusive no Brasil desde 2015. Aqui, contudo, a aversão ao Estado e a direitos sociais, a impostos e a salários decentes por parte de muitos empresários e da maioria dos gestores financeiros, assim como as ilusões ideológicas e até mesmo (no caso dos economistas) a pobreza da formação teórica, inviabiliza a admissão de que ainda dependemos do gasto público, da redistribuição de renda e do consumo dos trabalhadores para sair da crise.

ÍNDICE DE CONFIANÇA

Se quiserem mais um teste, o fracasso

Não há como uma economia combatida por meia década de austeridade possa reagir positivamente a um novo choque de contração da demanda pública. Não surpreende que a confiança não tenha resistido e, em maio de 2019, já se aproximava do índice de outubro de 2018

das expectativas empresariais e do mercado financeiro em mover a demanda agregada desde a eleição de Bolsonaro serve? O melhor indicador da evolução mensal da demanda agregada é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Ele mostra (no eixo esquerdo do gráfico a seguir) que, a partir de junho de 2018, a economia retomou a trajetória de recuperação lenta verificada até a greve dos caminhoneiros. Nada justificava o aumento da confiança empresarial (eixo direito do gráfico) verificado entre outubro e novembro de 2018, exceto os preconceitos compartilhados com Jair Bolsonaro em relação ao gasto público, aos direitos sociais e aos salários “altos”.

Pior, a demanda agregada caiu fortemente no primeiro trimestre de 2019 enquanto a confiança empresarial e o Ibovespa batiam recordes. Em janeiro de 2019, a confiança empresarial chegou ao maior valor desde junho de 2010, ano em que a economia cresceu 7,5%. Ou seja, o choque de confiança nada fez para elevar a demanda agregada e entregar o milagre do crescimento. Pelo contrário.

PROBLEMAS DE DEMANDA

Tudo indica que, depois do surto exportador e da breve recomposição de estoques de bens de capital e bens de consumo verificados em 2017,³ nossa recuperação lenta

³ Ver Bastos, P.P.Z.; Welle, A.; Oliveira, A.L.M. Há uma recuperação sustentada da economia brasileira? O PIB de 2017 e o peso da austeridade. Nota do Cecon, n.2, Campinas, 11 jul. 2017 [http://bit.ly/2M6FCyr].

Nas ruas e no Congresso a pressão do desemprego, a baixa arrecadação tributária e a resistência a novos cortes de verbas orçamentárias podem forçar a revogação da regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal ou até mesmo da EC do Teto. Caso isso não aconteça, o governo corre o risco de sofrer um processo de impeachment

esbarrou em problemas de demanda: 1) na grande capacidade ociosa que inibe os investimentos privados que a fada da confiança quer estimular; 2) no desemprego e na estagnação salarial que limitam o crescimento do consumo; 3) na desaceleração da economia mundial e regional que se manifestou na queda das exportações, e que pode se agravar com a guerra comercial EUA-China, as incertezas do Brexit e as fragilidades financeiras que podem ser reveladas com a própria desaceleração⁴; e 4) na forte contração do gasto público.

4 Bastos, P.P.Z, A economia mundial, do otimismo ao pessimismo. Carta Capital, 30/12/2018 [http://bit.ly/2MfyhNo].

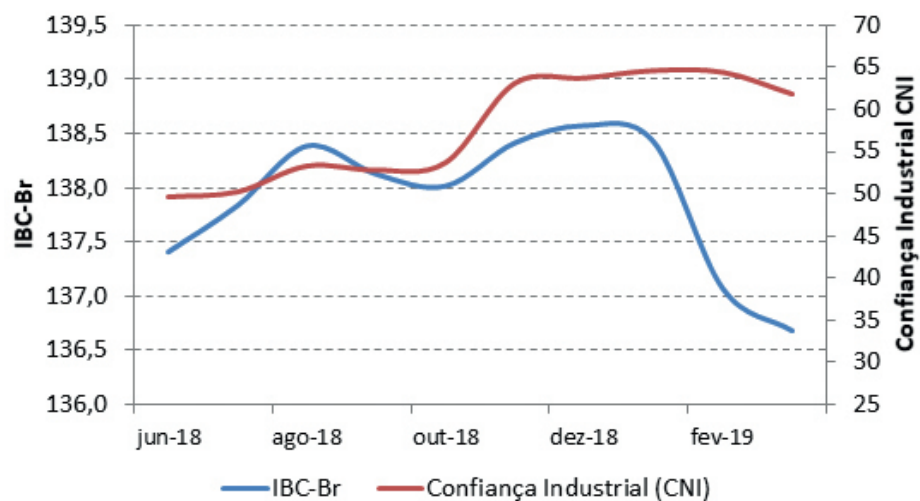


Gráfico 1 Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br)/ Confiança empresarial

De fato, para reanimar a confiança (e contrair a demanda), o ministro Guedes cortou em março o gasto federal (cerca de 20% do PIB) em 3,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do primeiro trimestre, o corte é de 1,2%, o que subtrai o PIB em cerca de 0,24%.

O corte nos governos regionais foi ainda mais radical segundo o Banco Central, gerando um superávit de quase 1% do PIB (0,98%) no acumulado trimestral. Nesse caso, saímos do déficit de R\$ 10,5 bilhões no último trimestre de 2018 (cerca de 0,6% do PIB trimestral) para um superávit de R\$ 17 bilhões (cerca de 1% do PIB trimestral). Uma verdadeira chacina no gasto público.

CHOQUE DE CONTRAÇÃO

Não há como uma economia combalida por meia década de austeridade possa reagir positivamente a um novo choque de contração da demanda pública dessa magnitude. Esse choque real é muito mais efetivo do que o choque imaginário produzido pela elevação inefável da confiança empresarial graças à retórica antiestado e antitrabalho de Bolsonaro e Guedes. Não surpreende que a confiança não tenha resistido e, em maio de 2019, já se aproximava do índice de outubro de 2018.

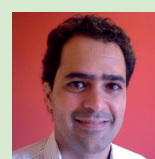
O que esse salto para a estagnação ou mesmo para a recessão implica?

Primeiro, podemos esperar que a crise política em gestação no primeiro semestre do governo Bolsonaro seja agravada por uma economia estagnada (no mínimo). Nas ruas e no Congresso Nacional, a pressão do desemprego, a baixa arrecadação tributária gerada pela economia no fundo

do poço e a resistência a novos cortes de verbas orçamentárias podem forçar o relaxamento da regra de ouro no art. 167.III da Constituição Federal (a proibição de endividamento público para gastos correntes) ou até mesmo da EC do Teto. Caso isso não aconteça, o governo corre o risco de descumprir umas das leis e ficar vulnerável (legalmente) a um processo de *impeachment*.

Segundo, o governo vai usar a crise orçamentária produzida pela constitucionalização da austeridade para justificar ainda mais austeridade e corte de direitos, sobretudo na Previdência Social. Contudo, novos cortes orçamentários vão reiterar o círculo vicioso da austeridade, mantendo a economia e a arrecadação tributária na lona e aumentando o cordão dos desiludidos com o governo Bolsonaro nas ruas e no Congresso.

O improvável é que, sem que a economia mundial nos puxe pelos cabelos, a economia brasileira saia do fundo do poço levantada pela confiança empresarial ou pela euforia da Bolsa de Valores. Não há solução sem revogar a emenda constitucional da austeridade, distribuir renda e direitos, animar a demanda efetiva e o emprego.



Pedro Paulo Zahluth Bastos é professor Associado (Livre Docente) do Instituto de Economia da

UNICAMP. O artigo é uma versão bem maior e modificada de texto publicado no site da Carta Capital em 23/05/2019



A inspiração de Guedes e Bolsonaro

O desastre previdenciário chileno

A reforma da Previdência planejada pelo governo é calcada no modelo de capitalização chileno. A partir de 1980, o sistema público foi privatizado e os trabalhadores tiveram de recorrer às Administradoras de Fundos de Pensão (AFP). Quase quatro décadas depois, o resultado é concentração de renda, aposentadorias menores que um salário mínimo e profundas incertezas quanto ao futuro

Victor Farinelli | de Santiago

O modelo que inspira a equipe de Paulo Guedes, ministro da Economia, em sua fúria por reformar o regime de aposentadorias no Brasil está do outro lado do continente. As disputas foram semelhantes há quase quarenta anos, no Chile.

Em 1980, em plena ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) profundas mudan-

ças foram feitas para privatizar e liberalizar uma série de atividades econômicas. Em setembro daquele ano, houve o referendo para validar a Constituição da ditadura. Denúncias comprovadas de fraude na consulta popular foram feitas por anos a fio. Em novembro foi decretada a reforma do sistema previdenciário.

O autor do projeto foi José Piñera, um dos famosos "Chicago Boys", economistas

graduados na Universidade de Chicago e apadrinhados por Milton Friedman, um dos gurus do neoliberalismo econômico. José é também irmão de Sebastian Piñera, atual presidente da República.

Para abandonar o antigo sistema de repartição, Piñera desenhou um novo modelo, baseado na capitalização individual, pelo qual cada contribuinte precisa criar uma conta previdenciária. Nela são depositadas

as contribuições mensais, imediatamente investidas no mercado de ações, onde supostamente encontrariam a rentabilidade que garantiria as futuras aposentadorias.

SAINDO DO ESTADO

Assim, a previdência chilena saía das mãos do Estado e seria distribuída entre várias alternativas privadas, as chamadas empresas Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), parte delas ligadas a grandes grupos bancários.

A semelhança entre esse sistema e alguns pontos do projeto de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro não é um acaso. Em dezembro, o deputado Eduardo Bolsonaro foi ao Chile para se entrevistar pessoalmente com José Piñera. Seguramente o objetivo era saber detalhes de um regime que acabou com um sistema sustentado na solidariedade e na colaboração social em favor de outro baseado no individualismo.

Outra semelhança com o caso brasileiro é que o processo de transição entre as duas modalidades também foi marcado por uma exceção. Militares e policiais foram os únicos a manter os regimes especiais de repartição e consumirão 1,7 trilhão de pesos (cerca de R\$ 8,5 bilhões) dos cofres públicos neste 2019, segundo números oficiais da Caixa Previdenciária da Defesa Nacional (Capredena) e da Departamento Previdenciário da Polícia (Dipreca), órgãos que administram os fundos públicos desses dois setores.

AS PRIMEIRAS REAÇÕES NEGATIVAS

Mesmo com os vários problemas de rentabilidade das empresas AFP – especialmente durante crises econômicas –, o primeiro alarme do fracasso do sistema soou somente em 2013, quando um estudo publicado pelo Centro de Estudos Nacionais de Desenvolvimento Alternativo (Cenda): (<https://www.cendachile.cl/>) mostrou que cerca de 60% dos aposentados recebiam em média 150 mil pesos chilenos (cerca de R\$ 633 da época) por mês. Vale notar que o salário mínimo era de 210 mil pesos (R\$ 888 da época).

Com o passar dos anos, essa brecha foi aumentando. Segundo o Cenda, enquanto a aposentadoria atual não passa dos 156 mil pesos (R\$ 890), o salário mínimo chileno já é de 301 mil pesos (R\$ 1750). Novamente, a média das aposentadorias chilenas pode não parecer tão diferen-

te das aposentadorias brasileiras, mas é cada vez mais baixa, se observamos que a diferença com o salário mínimo aumenta todos os anos.

Além disso, eliminando as exceções que puxam a média para cima, podemos encontrar outro número problemático: 90% das aposentadorias por idade são abaixo dos 144 mil pesos (R\$ 722), ou seja, menos da metade do atual salário mínimo.

Com o aumento do número de aposentados em situação precária, o movimento *No + AFP* (Não mais AFP), criado há mais de dez anos, conseguiu fortalecer a causa e desde 2016 vem realizando marchas maciças. Em

Há três décadas, em plena ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) foi decretada a reforma do sistema previdenciário chileno. O autor do projeto foi José Piñera, um dos famosos “Chicago Boys”, e irmão de Sebastian Piñera, atual presidente da República. O economista desenhou um modelo, baseado na capitalização individual

2017 chegou a reunir mais de 200 mil pessoas em protestos na capital, Santiago.

PROMESSA FALSA

Uma das líderes do movimento é Silvia Aguilar Torres, trabalhadora do setor da saúde. Ela relata o crescimento do movimento: “À medida que mais pessoas se aposentam, percebem que a promessa de eficiência do sistema privado é falsa. Quase todos os setores políticos e empresariais estão unidos na defesa desse sistema”.

Aguilar Torres se refere às diversas medidas tomadas pelos últimos governos (especialmente o de Michelle Bachelet, entre 2013 e 2017) para tentar melhorar as aposentadorias. “Nem com o fracasso do sistema e as aposentadorias miseráveis que paga, há poucos setores políticos comprometidos com uma ação para questionar o modelo e defender sua extinção, como fez a presidenta argentina em 2008”, recorda a dirigente. Ela sublinha a decisão tomada por Cristina Kirchner que, durante a crise mundial da década passada, nacionalizou os fundos das empresas administradoras.

Além disso, o periódico uso de dinheiro público para reduzir as deficiências do sistema joga por terra um dos argumentos preferidos dos liberais, o de que a entrega da Previdência às AFP permitiria ao Estado reduzir as despesas. Entre os diferentes programas de bolsas criados para garantir um valor mínimo das aposentadorias, o Estado chileno gastou em 2017 mais de 135 bilhões de pesos (R\$ 677 milhões), segundo dados do Instituto de Previsão Social do Chile (IPS).

LACUNAS DO SISTEMA

Durante a implementação do sistema, a promessa de José Piñera e das empresas AFP falava de um rendimento mensal que seria 80% do maior salário recebido durante os anos de contribuição. Entretanto, segundo números do Cenda, esse rendimento é de 18,5% do salário para a maioria dos contribuintes.

A desculpa ensaiada pelos defensores do regime de capitalização para explicar essa defasagem costuma mencionar o que se chama de “lacunas previdenciárias”, períodos sem contribuição, geralmente provocados pelo desemprego ou pela informalidade.

As empresas do setor criaram a Associação das Administradoras de Fundos de Pensão (AAFP) dirigida, entre outros, por

ex-ministros de governos anteriores (de direita ou centro-esquerda) ou deputados de partidos de direita.

“Para o trabalhador que lida com a instabilidade ou que convive com a informalidade, é muito difícil contribuir regularmente. No último ano da ditadura, eram pouco mais de 40% os que contribuía com contas individuais em empresas AFP. Durante a democracia, conseguimos elevar esse índice para acima dos 60%”, contra o professor Ricardo Ffrench-Davis, economista-chefe do Banco Central chileno entre 1990 e 1992, durante o governo de Patricio Aylwin (o primeiro da redemocratização).

RESULTADO DESASTROSO

As lacunas previdenciárias são um dos problemas do sistema de capitalização, mas só isso não explica os resultados desastrosos nos rendimentos dos contribuintes. Prova disso é o caso de Yasmir del Carmen Fariña, que trabalhou regularmente como secretária administrativa da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Chile por mais de 30 anos, sem lacunas, e solicitou um cálculo de sua aposentadoria em 2014. O salário médio dela era pouco mais de 1 milhão de pesos (R\$ 4,3 mil à época). Pelos parâmetros do sistema, o valor mensal deveria ser entre 750 e 800 mil pesos. No entanto, a AFP lhe informou que seria de apenas 336 mil (R\$ 1,4 mil), praticamente um terço de seu salário médio.

“Quando reclamei na Superintendência de Pensões, órgão que deveria fiscalizar essa situação, responderam não haver nada de errado com o meu caso”, conta a ex-secretária. Por esse motivo, ela continua trabalhando, apesar de já ter superado a idade mínima há quase cinco anos.

A Previdência chilena saiu das mãos do Estado e foi distribuída entre muitas alternativas privadas, ligadas a grandes grupos bancários

Histórias como a de Fariña são comuns, especialmente entre as mulheres, o que também mostra um recorte de gênero entre os problemas gerados pelo sistema de capitalização. “Esse sistema penaliza todos os trabalhadores, mesmo os que contribuem regularmente, mas muito mais os que estão sujeitos à precarização, seja pela informalidade ou pela instabilidade. As mulheres são as que mais sofrem”, alega a dirigente Silvia Aguilar Torres.

AUMENTO DOS SUICÍDIOS

Os baixíssimos valores das aposentadorias têm feito aumentar o número de suicídios no país na última década, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas do Chile (INE). Entre 2010 e 2018, a taxa subiu de 8 para 10 casos em cada 100 mil habitantes. Ela é muito maior entre os aposentados, com 15,4 casos entre idosos de 70 a 79

anos, e 17,7 casos em cada 100 mil, a partir dos 80 anos. Essa diferença entre faixas etárias, segundo os especialistas do INE, passou a se acentuar nos últimos sete anos.

Enquanto isso, o lucro das empresas AFP (e dos bancos que as controlam) é um dos maiores do país. Segundo reportagem do portal de jornalismo investigativo *Ciper*, as administradoras faturaram, no ano de 2017, um total de 347 bilhões de pesos (R\$ 1,7 bilhão). Isso significa mais da metade dos 660 bilhões de pesos (R\$ 3,3 bilhões) arrecadados pelas contribuições dos clientes no mesmo período.

Além disso, o sistema também é criticado em outras latitudes, por economistas que estão longe de serem considerados marxistas, como o estadunidense Paul Krugman (Prêmio Nobel de Economia de 2008). Durante a visita ao Chile há dez anos, em entrevista ao diário *La Segunda*, declarou que “por sorte, os Estados Unidos mantiveram o sistema (estatal), quando estava na moda copiar o modelo chileno. Caso contrário, teríamos produzido mais uma grande crise (em referência à iniciada em 2008)”.

Atualmente, mais de 95% dos países do mundo têm seus sistemas previdenciários baseados no modelo de repartição, como o que ainda vigora no Brasil.

TRANSIÇÃO À CAPITALIZAÇÃO

Apesar dos problemas do sistema de capitalização individual ao longo dos anos – especialmente a perda de rentabilidade dos fundos a cada grande crise –, somente na década atual ele começou a gerar revoltas sociais.

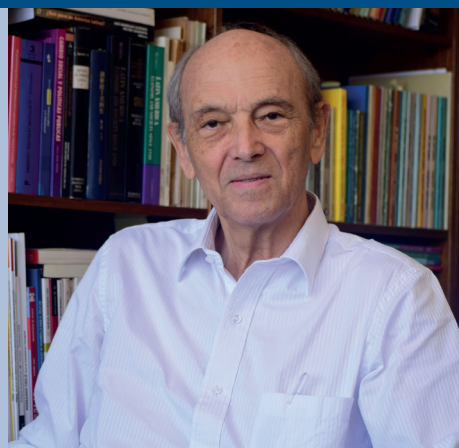
É completamente falso o mito – alimentado por Paulo Guedes, Eduardo Bolso-



RICARDO FFRENCH-DAVIS SOBRE PAULO GUEDES

Professor da Universidade do Chile, o economista Ricardo Ffrench-Davis não foi contemporâneo de Paulo Guedes, que também deu aulas na principal casa de estudos do país. Ainda assim, o relato pode desvendar um pouco da passagem do atual ministro brasileiro pelo meio acadêmico chileno: “Guedes foi professor da Fa-

culdade de Economia da Universidade do Chile durante a ditadura, quando a casa de estudos era dominada pelo neoliberalismo extremo. Na época, a perseguição e expulsão dos que pensavam diferente em matérias econômicas foi bastante intensa, em uma política contrária à liberdade de pensamento e de reflexão”.



naro e outros neoliberais brasileiros - de que o início dos anos 1980 no Chile foi marcado por crescimento e prosperidade exemplares. Além da censura, perseguição, tortura e assassinatos promovidos pela ditadura, em 1982 o país sofreu uma profunda recessão. Para o economista Ricardo Ffrench-Davis, “A recessão começou depois que a ditadura já havia realizado todas as grandes reformas. O PIB caiu 14%, e no ano seguinte cerca de 41% da força de trabalho estava desempregada ou vivia dos programas de subsídio”.

Segundo Ffrench-Davis, é importante lembrar esse contexto dos primeiros anos do sistema para entender os resultados nos dias atuais. “Quando se instala um modelo de capitalização em uma sociedade na qual a desigualdade cresce fortemente, como era o Chile de Pinochet, o resultado só pode ser a capitalização da desigualdade”, explica o economista.

CRESCIMENTO DOS NEGÓCIOS

Mesmo diante de um cenário econômico adverso, as AFP precisavam fazer o negócio crescer, não só com os poucos que chegavam ao mercado de trabalho, mas sobretudo convencendo os que estavam no sistema de repartição a mudar para uma previdência privada.

Nesse sentido, é importante lembrar que a transição permitiu às pessoas que já estavam trabalhando escolher entre se manter no antigo sistema de repartição ou mudar para a capitalização individual. Somente os que começaram a trabalhar a partir de 1981 foram obrigados a ingressar no novo sistema.

Ou ao menos legalmente foi assim: há muitos relatos de trabalhadores mais antigos que foram obrigados a mudar de sistema. O operário aposentado Francis-

Vários estudos mostram que cerca de 60% dos aposentados recebem em média metade do salário mínimo local, de R\$ 1750. Com o aumento do número de aposentados em situação precária, o movimento *No + AFP* (Não mais AFP), criado há mais de dez anos, conseguiu fortalecer sua causa. Desde 2016 vem realizando marchas maciças pelo país

co Becerra lembra: “Meu patrão na época chantageou todos os funcionários. Chegou para mim e disse ‘você é o único teimoso que eu ainda não convenci a mudar para as AFP, mas se tiver algum problema com isso, as portas da rua sempre estarão abertas’. Foi assim em muitas empresas, e até mesmo no setor público”. Atualmente, Becerra é ativista do movimento *No + AFP*.

O PAPEL DA MÍDIA

A mídia controlada pela ditadura também teve um papel fundamental durante o período de transição. Durante anos, o próprio José Piñera aparecia em anúncios de rádio e televisão prometendo maravilhas aos que abrissem uma conta em uma empresa AFP. Dizia que, “com elas, no futuro, todos os chilenos seremos um pouco donos da IBM ou da Coca-Cola”. Isso porque a promessa é que as administradoras investiriam esses recursos no mercado de ações.

Ffrench-Davis critica o uso que as empresas AFP fazem das contribuições dos clientes. “A maior parte dos recursos é destinada a investimentos fora do país e, preferencialmente, no mercado financeiro, que é muito mais volátil e sujeito a maiores perdas. Os criadores do sistema afirmavam que essas contribuições serviriam para potencializar o investimento produtivo no Chile. A verdade é que nada foi investido em produção ou negócios nacionais. Há entre US\$ 90 e 100 bilhões de contribuintes chilenos no mercado financeiro dos Estados Unidos”, finaliza.



Victor Farinelli é jornalista brasileiro e correspondente de vários veículos no Chile



Crise e disputas na Argentina perene

País enfrenta a mais séria crise política e econômica desde 2001. O curioso é que ela se aprofunda justamente durante o governo que prometera acabar com “70 anos de estatismo louco”. Todos os indicadores econômicos e sociais recuam num ano em que a velha polarização entre peronistas e a elite se acentua, com vistas às eleições presidenciais de outubro

Gonzalo Berrón

Tenho 47 anos e nasci na cidade de Santa Fé, Argentina. Foram vários os ciclos políticos que me coube vivenciar desde que ousei dizer, tenho consciência política. Passei pela redemocratização (1983), pelo menemismo (1989-99), pelo impasse da *Alianza/De la Rúa* (1999-2001), pelo *kirchnerismo* (2003-15) e, agora, por essa

lenta agonia do fraco “macrismo”. Foram ciclos díspares, três deles de euforia e desencanto: as promessas frustradas da redemocratização e a saída apressada de Raúl Alfonsín (1989); os “espelinhos coloridos” do neoliberalismo menemista; e a dramática saída da conversibilidade com mortes e o final de Fernando De la Rúa fugindo de helicóptero da Casa Rosada. Mais uma década perdida, diriam após o térmi-

no do interlúdio aliancista.

Depois, uma novidade: a tentativa de remediar as dívidas sociais e econômicas das duas décadas perdidas e de lidar com frustrações democráticas em relação à justiça e à história argentina. Foram os tempos de Néstor e Cristina Fernández de Kirchner, ciclo que não acabou em desencanto – é importante dizer que diferentemente dos dois primeiros, o ciclo do casal K não

acabou em frustração – mas sim em polarização política e *grieta*. Trata-se de palavra em espanhol que significa fenda, fissura ou fosso usada para denominar as manifestações cotidianas dessa polarização.

CONFLITO DE CLASSE

Trata-se de uma aberta divisão social e conflito de classe, recriando, por assim dizer, a velha antinomia da política argentina entre – simploriamente – “peronistas” e “gorilas”. Ou seja, há uma recriação da amálgama dos três peronismos definidos pelo sociólogo Ricardo Sidicaro (o das elites políticas, o dos sindicatos e o da juventude). Ela se materializa na oposição entre Néstor e Cristina, duas lideranças de poderoso carisma, versus a velha e sempre recriada aliança entre elites econômicas (majoritariamente agropecuárias e financeiras) e os setores médios que perderam com o ciclo redistributivo dos governos Kirchner.

É grande o contraste com o ciclo atual de Mauricio Macri. Temos um período que, segundo as pesquisas, parece desembocar no tom de “frustração” ou desencanto como nos dois primeiros ciclos da era pós-ditadura (Menem e De la Rúa). Se isso significará ou não a volta de Cristina e a extensão, em consequência, das políticas *soberanistas*, só as urnas de outubro dirão.

Analiso, a seguir, três dimensões (econômica, política e social) interligadas da realidade Argentina. Tento compreender o teor do problema atual e avaliar possíveis caminhos, assim como os impactos que podem ter para a região e para o Brasil, em particular, de uma perspectiva de construção do campo popular.

1. ECONOMIA

Mauricio Macri chegou à presidência da Argentina com um discurso abertamente neoliberal e de crítica aos pilares da gestão econômica *kirchnerista*, baseada no que aqui chamo de *soberanismo*. No jargão dos economistas, isso significa um conjunto de medidas heterodoxas inspiradas por um desenvolvimentismo nacional com forte preocupação social (na Argentina, diferentemente do Brasil, o elemento ambiental ainda é menos desenvolvido).

O final do período CFK, há quatro anos, coincide com a aceleração da recessão nos países da região, queda dos preços das *commodities* e dificuldades para recuperar

Vislumbra-se uma aberta divisão social, recriando a velha antinomia da política argentina entre “peronistas” e “gorilas”. Ela se materializa na oposição entre os Kirchner e a velha aliança entre elites econômicas e os setores médios que perderam com o ciclo redistributivo dos anos 2003-2015

níveis sustentáveis de crescimento econômico, forte pressão cambial, ameaças de inflação e desaceleração econômica em geral.

O novo presidente, eleito pela legenda *Cambiamos*, prometeu a redução das “retenções às exportações” (eliminar o imposto de exportação de trigo, milho e carne e reduzir de 35% para 30% o da soja), a liberação do câmbio, a negociação com os

“fundos abutres” (Lei nº 27.249) e a “volta da Argentina ao mundo”. Além disso, alardeou a eliminação de entraves para as importações, o fim dos subsídios aos serviços públicos e a criação de um ambiente favorável para uma onda de investimentos externos no país. Macri prometeu e cumpriu.

Porém, as medidas não deram certo e as garantias oferecidas ao capital para ir à Argentina nunca foram suficientes para reativar a economia.

FRACASSO DO RECEITUÁRIO

Se há uma coisa que a Argentina de Macri prova é que o receituário neoliberal de desregulação e de Estado mínimo fracassa na tentativa de redinamizar uma economia. O panorama se vê agravado por serem medidas de altíssimo custo social que, no caso, não foi compensado pelo suposto crescimento sistêmico da economia.

No início do mandato, a transição para um regime de câmbio flutuante significou uma primeira desvalorização do peso argentino da ordem de 30%. Em 2018 uma nova crise cambial produziu uma queda recorde do peso, de cerca de 50%. A corrida contra a moeda nacional só foi detida mediante a queima de reservas pelo governo e, finalmente, a entrada vigorosa do FMI com um empréstimo *stand by* – ou seja, com as tradicionais condicionalidades do Fundo – de U\$56 bi, o maior da história do FMI.

INDICADORES PREOCUPANTES

Ao mesmo tempo, e como parte do círculo vicioso que a desvalorização gera, os índices de inflação medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) cresceram de 24% ao ano em dezembro de 2017 para 54% registrados em março de 2019¹. O risco país do JP Morgan chegou, em abril passado, a 1100 pontos, até se estabilizar em 900. Isso implica que a colocação de títulos da dívida argentina em dólares paga um juro anual de mais de 12%, uma cifra estratosférica. O risco país só é superado, na região, pelo da Venezuela. O do Brasil é de 252 pontos.

As únicas medidas que aumentaram a entrada de capitais – e não necessariamente para investimentos produtivos – foram as de “branqueamento” de capi-

1 https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc_04_19.pdf



tais de origem argentina não declarados no exterior, mediante uma lei específica aprovada em 2016 (Lei nº 27260).

Ou seja, a economia argentina mais uma vez entra num caos e apresenta pouquíssimas ferramentas para uma virada.

Ao que tudo indica, segurar o dólar com base nas reservas cambiais mostra-se arriscado, pois o volume disponível não é alto e o dinheiro do FMI opera só como garantia. Vale frisar que 2020 será um ano de pagamentos bilionários de dívida.

Na instabilidade, só capitais especulativos têm lucros inéditos em dólares. Investimentos produtivos acabaram nunca chegando à Argentina, apesar das medidas que visaram favorecê-los às custas da capacidade do setor público em traçar políticas e do empobrecimento geral da população.

2. SITUAÇÃO SOCIAL

Recessão econômica mais inflação formam o coquetel perfeito para o aprofundamento da pobreza e para a piora das condições dos já pobres. Entre 2016 e 2018, segundo o Indec, a população que se encontra abaixo da linha de pobreza passou de 21,5% para 23,4%. A indigência

Macri prometeu eliminar o imposto de exportação, liberar o câmbio e a “volta da Argentina ao mundo. Macri prometeu e cumpriu. Porém, as medidas não deram certo e as garantias oferecidas para o capital nunca foram suficientes para reativar a economia

passou de 4,5% para 4,8%. Isso significa que quase 11 milhões de pessoas não têm rendimento domiciliar suficiente para cobrir necessidades mínimas de alimentação, moradia e vestimenta (linha da pobreza) ou nem conseguem ter uma renda que satisfaça as necessidades alimentares básicas². O desemprego foi de 7,2% em 2017 para 9,1% no final de 2019, quase a mesma proporção dos subempregados, que passaram de 10,2% para 12%³.

Em termos de salários, a população perdeu poder de compra efetivo. Na comparação anual entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019, os salários cresceram em uma média de 34,6%, contra 50% de inflação, uma diferença significativa de pouco mais de 15 pontos percentuais (Indec fev/2019).

O DESAFIO DA POBREZA

² Indec, Condições de Vida, vol. 3 Nº 4, março/2019. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdepreensa/eph_pobreza_02_18.pdf

³ Indec, Informes Técnicos, vol. 3 Nº 51, março/2019. https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdepreensa/mercado_trabajo_eph_4trim18.pdf



Recessão econômica mais inflação formam o coquetel perfeito para o aprofundamento da pobreza e para a piora das condições dos mais vulneráveis. Entre 2016 e 2018, a população que se encontra abaixo da linha de pobreza passou de 21,5% para 23,4% do total. A indigência passou de 4,5% para 4,8%

No ano final do mandato, Macri, que prometeu “pobreza zero” na campanha de 2015, enfrentou um tremendo desafio. Nos primeiros tempos do governo, ele explicou a situação crítica das condições socioeconômicas como produto da herança de “70 anos de estatismo louco” e, na metade do mandato, atribuiu-as a choques externos. Segundo uma pesquisa recente, 72% dos entrevistados consideravam que as causas da atual crise são locais e, apenas, 6% externas.

Como assinala Monica Hirst, brasileira e professora da Universidade Nacional de Quilmes, o “desdém” das elites locais no contexto de condições macroeconômicas desastrosas soma-se a uma concepção de política social limitada à operação do Ministério do Desenvolvimento Social e à perda de relevância de áreas como, por exemplo, o Ministério do Trabalho ou as áreas de Saúde e Educação⁴. A resolução da “questão social” é transferida para os governos subnacionais, segundo afirma

4 Carta Capital <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/nexo-interno-externo-da-crise-argentina-o-essencial-e-visivel-aos-olhos/>

Roxana Mazzola, da Flacso⁵.

Macri reduziu a destinação de verbas para obras públicas nas províncias de U\$ 407 per capita na era Cristina, para U\$ 216 até o terceiro trimestre de 2018, quando o montante caiu para U\$ 123⁶. A Capital Federal – berço político do presidente – foi a mais favorecida, assim como as províncias governadas por seu partido. A população tem sido exposta a uma onda de pobreza e sofrimento social comparável ao fechamento do ciclo menemista e do caos final do governo De la Rúa.

3. POLÍTICA

Este é mais um ano quente na política argentina. O calendário eleitoral espalha-se ao longo do ano e inclui disputas para governador em todas as províncias e para chefe de governo na Cidade Autônoma de Buenos Aires. Haverá eleições gerais em 27 de outubro – o que inclui a presidencial. O segundo turno é previsto para 24 de novembro.

5 <https://www.pagina12.com.ar/188735-politica-social-en-debate>

6 Lucas González (CONICET) e Romina Del Tredici (UCC) <https://www.pagina12.com.ar/191629-al-amigo-todo>

Em todos os cantos do país, a coalizão governista do *Cambiemos* (Proposta Republicana/PRO, União Cívica Radical/UCR, e Aliança Cívica, o partido da Deputada Lilita Carrió) colocará à prova o que parecia há pouco tempo uma hegemonia crescente. Nos pleitos eleitorais decisivos até hoje, *Cambiemos* acumulou uma série de vitórias que a consolidaram como força nacional estável.

Depois da vitória de Macri em 2015 sobre Daniel Scioli, o candidato do peronismo/kirchnerismo, o *Cambiemos* atingiu um novo patamar político em 2017, ao derrotar a própria Cristina. Ela era a grande figura na eleição legislativa na província de Buenos Aires, o maior distrito eleitoral da Argentina, pela qual se elegeu senadora nacional, cargo que ostenta até à atualidade. Até 2017, o macrismo conseguiu manter a ideia de que a pobreza e a crise econômica ainda faziam parte da pesada herança dos governos K.

Enquanto isso, o kirchnerismo atravessava o período mais turbulento da história, tendo a quase maioria das principais lideranças, incluindo Cristina e a família K, sendo objeto de inúmeros processos

judiciais por corrupção ou problemas derivados da gestão.

PERONISMO DIVIDIDO

E o peronismo segue dividido atrás da figura de CFK, seja pelas contradições com algumas das lideranças provinciais, seja por diversos rachas enfrentados ao longo da gestão. O mais importante deles é encabeçado pelo ex-ministro Sergio Massa (*Frente Renovadora*) e pela curiosa divisão do peronismo na província de Buenos Aires, na qual Cristina participou das eleições na chapa de um partido novo, chamado *Unidad Ciudadana*, enquanto a *Frente Justicialista* foi como tal, com o candidato Florencio Randazzo (Cristina obteve 37%, Randazzo 5% e Sergio Massa 11,3%).

Segundo o professor Juan Carlos Torres, assim como em outros momentos-chave da história argentina, “desde 2002 o peronismo se comportou quase como um subsistema político”⁷. Ou seja, o conflito político geral se equacionava dentro do “movimento” que o peronismo sempre foi.

No entanto, apesar dos inúmeros esforços sistêmicos para eliminar a ex-presidenta do mapa – que envolvem como no Brasil um papel ativo da Justiça –, ela tem demonstrado uma resiliência eleitoral extrema. A aparente dispersão peronista poderá se resolver via um novo alinhamento político em torno da candidata.

A saída de Cristina da Presidência e do peronismo do poder representou de alguma forma seu fracasso para garantir a continuidade do projeto. A ausência de Néstor como o grande articulador, as condições frágeis de saúde dela no fim do mandato e a perda de figuras de peso são causas e sintomas da crise da coalizão.

TRANSIÇÃO DE LIDERANÇAS

Muitos concordam que a transição de Cristina para outra liderança identificada com o kirchnerismo não foi bem-sucedida. A figura de Daniel Scioli - ex-vice-presidente, ex-governador da província de Buenos Aires e candidato derrotado em 2015 - nunca conseguiu transmitir o engajamento genuíno com o campo peronista. É bom lembrar que Scioli entrou na política a convite de Carlos Menem, nos anos 1990. Scioli não representava nitidamente nem o kirchnerismo nem o pero-

O calendário eleitoral na Argentina espalha-se ao longo do ano e inclui disputas para governador em todas as províncias e para chefe de governo na Cidade Autônoma de Buenos Aires. Haverá eleições gerais em 27 de outubro – o que inclui a presidencial. O segundo turno é previsto para 24 de novembro

nismo, o que tornou as chances de vencer Mauricio Macri uma missão impossível.

Por enquanto, parece muito difícil quebrar a polarização eleitoral – mas também social e política – que divide a Argentina. A Frente Progressista de Santa Fé, que há quase duas décadas se mantém à margem dessa disputa e que já apresentou Hermes Binner como candidato a presidente, não consegue sair da província e ganhar dimensão nacional. A novidade parece ser, neste 2019, um fortalecimento da figura do economista Roberto Lavagna, ministro das Finanças na gestão Néstor Kirchner que conseguiu trazer a economia argentina de volta para os trilhos. Mas sem estrutura e carisma, é provável que não consiga passar para o segundo turno. A Frente de Izquierda y los Trabajadores (FIT), que juntou os trotskistas do Partido Obrero (PO), a Esquerda Socialista e o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), mesmo tendo uma atuação melhor do que em outras épocas, ainda não consegue sair de patamares eleitorais muito minoritários.

A ARGENTINA PERENE

Para alguns, a saída política da Argentina deveria se situar na quebra da polarização entre Macri e CFK. Para estes, Roberto Lavagna é visto como a única liderança capaz de unir elementos dos dois lados da “grieta” e transitar para um governo de pacto nacional.

A Argentina perene, porém, não parece abrir mão do DNA e teima seguir na velha polarização. Para este humilde observador, as transformações estruturais, à esquerda e à direita, sobretudo aquelas que acarretaram benefícios para as maiorias sociais, deram-se como produto da amálgama política tecida dentro do “movimento peronista”. Entendo que é nesse polo da equação, abonado com as vezes mais genuínas do pensamento e da ação social, que há maiores chances de a Argentina recuperar estabilidade, crescimento e justiça social.



Gonzalo Berrón é doutor em Ciência Política pela FFLCH-USP e diretor de programas da Fundação Friedrich Ebert Brasil.



Tenho que fazer o dobro para ser reconhecida pela metade

Toco mais do que muito homem? Possivelmente, isso é verdade. Possivelmente, isso é mentira, mas o mais provável é que o único sentido nessa comparação é reforçar o lugar onipotente do homem, não o meu

Manuela Trindade Oiticica

Uma cerveja bem gelada? Aceito. Dois goles de tutela? Não, obrigada. Sim, eu sei como segura um tamborim. É, é verdade. Um surdo mal tocado pode derrubar uma roda de samba. Tô sabendo, meu amigo, eu conheço essa música, mas olha, não

necessariamente eu toco pra caramba. Toco o normal de quem sabe tocar e – eu sei que isso te dói em algum lugar que você nem sabe – o que tem é que eu conheço os códigos, compartilho saberes mundanos que envolvem uma manifestação popular. Igual a você. Rua, sabe? Eu também. Parece que meu lugar prosaico

te deixa mais inseguro. Toco mais do que muito homem? Possivelmente, isso é verdade. Possivelmente, isso é mentira, mas o mais provável é que o único sentido nessa comparação é reforçar o lugar onipotente do homem, não o meu. Desagradeço, que isso nunca foi um elogio. Obrigada.

Fica tranquilo que eu aguento tocar as

três horas previstas de apresentação, não se aquiete que eu seguro o andamento mais rápido e não, não vou correr na música mais lenta. Pódeixar. Agora vem uma paradinha na música, eu sei que é minha vez de fazer a virada e, veja, vou dizer algo que você não deve perceber.

Tenho que fazer o dobro pra ser reconhecida pela metade.

A virada do meu instrumento na hora do silêncio vai ser boa. Aliás, muito boa. Muito melhor do que precisa pra essa roda de samba improvisada em que, sejamos francos, quase ninguém sabe tocar direito – mas em que quase todo mundo tem esse direito. Quase todo mundo. Se eu fizer tá tá tá, pode soar simples demais, tadinha, tá começando. Se eu fizer prapum tatá pracará tatatá, exibida demais, pra que isso, gente?, alguém diz pra moça que o samba é arte do singelo. Tudo bem, eu já sei a medida. Mais uma vez obrigada, com licença. E não se aquiete. Tente até não me enxergar muito. Tem mais gente tocando. Tocando melhor, tocando pior, normal. Olha pra mim. Normal, tá vendo? Pronto. Pode parar de olhar. Uma cerveja? Aceito. Uma hora alguma coisa vai dar errado, é do jogo. A gente bebe, se empolga, e o samba é desses que desnorteia. Você vai olhar de novo. Vai olhar, porque quando der errado, sem querer querendo, você vai olhar pra mim. Será que não foi ela? Pode ter sido, pode não ter sido, mas eu sempre vou ter que responder por isso.

É, eu entendo. É mais fácil pra você quando eu sou diva e canto, quando eu sou tia e cozinheiro, quando eu sou linda e musa. Somos tudo isso também e não há problema, dá gosto sublinhar a tradição. Mas aí que também damos na cara do tambor, mão-pesada-de? Deixa eu mesma completar a frase: mão pesada de quem sabe a contundência do couro.

Um instrumento é porque é muito grande, o outro deve ser muito pesado, aquele ali exige força. Tem uns científicimos que

**É mais fácil pra
você quando eu
sou diva e canto,
quando eu sou tia
e cozinheiro, quando
eu sou linda e
musa. Somos tudo
isso também e não
há problema, dá
gosto sublinhar
a tradição. Mas
aí que também
damos na cara
do tambor, mão-
pesada-de?
Deixa eu mesma
completar a frase:
mão pesada de
quem sabe a
contundência do
couro**

só servem pra ser os primeiros aliados pras desculpas. Pros vetos. Pras opressões. Mas deixa eu te dizer, se tiver chance a gente faz tudo. Senão, vejamos. A gente já faz mesmo sem muita chance. Deixa eu te dizer. Mas tem que ser no duro, chance desde pequenas.

A guitarrinha de plástico, o rabisco fora da folha. Poder expulsar sem dó o berro da garganta que não vem ninguém dizer que fica tão feio pra menina berrar assim. Bater de espancar a lata de leite em pó sem se ouvir por aí que a mão da gente tem que ser – precisa ser! – delicada e não pode bater forte assim, que menina agressiva, meu deus. Depois tem que poder ficar até mais tarde na rua, porque muito desse baticum vem na fresca da madrugada, você sabe. Tem perigo pra todo mundo, né?, mas uma rua escura dessas, a gente sozinha, já pensou? E tem um ócio aí pra poder namorar a música, o instrumento. Lembre só que nossa jornada é maior. Nossa obrigação com o trabalho, a limpeza da casa, do corpo, da mochila, da calcinha, da dobrinha do pescoço, o caderno organizado, a letra bonita, as contas em ordem, nossa roupa não pode ser todo dia a mesma. Ficar amarrotada, ter mancha de sangue, não tem charme. A raiz branca do cabelo, sobancelha, unha, aquela mulher tem um jeito de mal cuidada, né? Ainda por cima ganhamos pior e nosso espaço de lazer é menos o da brejeirice e mais o do controle, tipo uma casa com quatro paredes. Reparou: nem falei dos filhos.

Mas olha, eu aceito uma cerveja, e teria muito mais pra te falar. Até porque eu não falei nada. Só ri quando você disse que eu deixava a roda de samba mais bonita e perfumada, e cada dente que eu não mostrei no meu sorriso amarelo de quem não quer se aporrinhar era uma dessas palavras escritas acima e que, tenho a mais plena convicção, você nem desconfia que existam.



**Manuela Oiticica
ou Manu da
Cuíca é escritora,
compositora e
percussionista.**

**É uma das autoras do samba da
Mangueira de 2019.**

VEJA AS FOTOS DOS EVENTOS DE MAIO

MAIO DE 2019 FOI UM MÊS DE COMEMORAÇÃO NA FLCMF
TIVEMOS A CERIMÔNIA DE ALTERAÇÃO DE NOME
DA FUNDAÇÃO, QUE PASSOU A SE CHAMAR
LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO E COMEMORAMOS
OS 201 ANOS DE KARL MARX, COM A PARTICIPAÇÃO
DE MAIS DE 2 MIL PESSOAS DURANTE O EVENTO.

ALTERAÇÃO DE NOME PARA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO



201 ANOS DE KARL MARX



NÃO ESQUECEMOS, JAMAIS ESQUECEREMOS

**Quem
mandou
matar**

MARIELLE?

**A FUNDAÇÃO
AGORA É**



F U N D A Ç Ã O
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**